



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2023

ATA N.º 4/2023

(CONTÉM 46 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório municipal, pelas dez horas e trinta minutos, com a seguinte ordem do dia:

#### Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação das atas das sessões realizadas a 17 de fevereiro de 2023, e de 28 de abril 2023;
4. Proposta de aquisição de imóvel urbano, com o artigo matricial número 478 e 479 da Freguesia de Miranda do Douro, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1348/20050106, pertença de Narciso Rodrigues Preto e Catarina Curralo Galego. Aumento da oferta da habitação social em Miranda do Douro;
5. Alteração ao mapa de pessoal – 2023;
6. Proposta de colaboração com a Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E. – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;
7. 18.ª Alteração ao Orçamento de 2023, que compreende a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, a 2.ª alteração ao Plano de Atividades Municipais, e a 1.ª alteração modificativa ao Plano de Investimentos;
8. Pedido de colocação de sinal de trânsito – Divisão de Ambiente e Gestão Urbana – Concelho de Miranda do Douro – Direção do Mosteiro Trapista de Santa Maria Mãe da Igreja;
9. Apreciação da informação a prestar pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

#### Estiveram presentes os seguintes membros:

Óscar João Atanásio Afonso, António Manuel Marques Santos, Pedro Velho Ferreira, Maria Virgínia Lopes Preto, Marisa Cristina Torrado Ortega, Paulo Augusto Rodrigues Barbosa,  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

ATA N.º 4/2023



Fernando Vaz das Neves, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Cristina Maria Teles de Sousa Martins, em representação de Emanuel David Carção, Vera Lúcia Alves Ruano, Emanuel Pinto Bernardo, Urbino Anjos Correia, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, José Pinto Oliveira, em representação de Francisco José Carvalho Parreira, Galdino Manuel Fernandes Raimundo, Manuela Alexandra de Sousa Marques Monteiro, em representação de António Jorge Jacoto Lourenço, António José Fernandes Ribeiro, Lísis Fernandes Gonçalves, Tiago Filipe Fernandes Martins, Nélio Miguel Seixas, Luís Miguel Poço Santiago, Silvino Francisco Preto Silva, António Preto Mamede.

**Constatou-se a ausência dos seguintes membros:**

Júlio Ricardo Gonçalves Miguel, Clara Inês Lucas Martins, Jorge Jacoto Lourenço, tendo as respetivas faltas sido justificadas.

O Deputado Emanuel David Carção foi substituído nesta reunião por Marisa Pardal Lavrador.

A Deputada Clara Lucas Martins foi substituída nesta reunião, pela Deputada Cristina Teles Martins.

**Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:**

Helena Maria da Silva Ventura Barril, Nuno Marcos Rodrigues, Vítor Manuel Vaz Bernardo e Carlos do Nascimento Ferreira.

**Constatou-se a ausência do seguinte membro do Órgão Executivo:**

Júlio Meirinhos Santana.

Comprovada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Óscar João Atanázio Afonso, declarou aberta a sessão eram dez horas e quinze minutos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam na sessão, e em seguida deu início aos trabalhos.

**1. Informações.**

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém tinha alguma informação a prestar, tendo-se inscrito os seguintes membros: Fernando Vaz das Neves, António Mamede.



O **Deputado Fernando Vaz das Neves** apresentou a seguinte intervenção:

*“Bom dia, Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores membros do executivo, No seguimento da informação que já é pública, do ranking divulgado pelo Ministério da Educação, sobre as escolas, estamos todos felizes e contentes com o facto da Escola de Miranda ter ficado em primeiro lugar no distrito de Bragança, e por ser a 90.ª a nível nacional. Acho que nos enche a todos de proa e é motivo de agradecermos à escola, aos Professores, aos Alunos, aos Funcionários e aos Pais das Crianças, que todos contribuíram para que tenham ficado neste lugar. Muito obrigado.”*

O **Presidente da Assembleia Municipal** a propósito da participação do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro referiu que, tinha a intenção de abordar o assunto no período antes da ordem do dia, e congratulou-se pelo facto de os estabelecimentos de ensino terem ficado na posição que ficaram a nível nacional.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã**, António Mamede, acrescentou que Sendim também deve ser contemplado, porque o Deputado Fernando Vaz das Neves mencionou a Escola de Miranda do Douro, em vez de fazer alusão ao Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro. Acrescentando que as Escolas de Sendim e de Palaçoulo também ficaram bem classificadas a nível distrital, e não só, portanto, é bom que se refira isso, que se trata das Escolas do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, num todo.

O **Vereador Nuno Rodrigues** apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes e prosseguiu conforme se segue:

*“Relativamente aos protocolos que nós temos definidos com as juntas de freguesia, depois de termos analisado o que a Câmara perdeu no FEF, e o que as juntas ganharam no FEF, o protocolo vai ser mais ou menos idêntico ao do ano passado. E, ao Gualdino Raimundo, eu vou dizer-lhe quanto é que vai receber este ano. A Junta de Freguesia de Palaçoulo vai receber este ano mais de FEF, € 5.197,00 (cinco mil, cento e noventa e sete euros).*

*Não pode ser celebrado outro protocolo, sem cumprir o que foi feito no ano passado, e estes protocolos que vamos fazer, não tem nada a ver com as transferências, é um extra que a Câmara está a conceder às Juntas.”*

*Concluídas as intervenções os trabalhos continuaram passando ao ponto seguinte.*

## **2. Período antes da ordem do dia.**

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que gostava que ficasse em ata o voto de parabéns relativamente ao Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, portanto, as Escolas



de Miranda do Douro e de Sendim, proposto pelo Deputado Fernando Vaz das Neves anteriormente nas informações.

Pôs a votação o voto de parabéns dedicado a todos os que se integram no contexto educativo o Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, quer docentes, quer a direção, quer colaboradores não docentes, quer estudantes do agrupamento de escolas, tendo sido aprovado por unanimidade. Referiu que teve conhecimento de que também havia um voto de pesar pelo falecimento do Professor José Luís Almendra, passando a palavra ao Deputado Fernando Vaz das Neves.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** propôs conjuntamente com o Senhor Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, Luís Santiago, sendo este o primeiro proponente, um voto de pesar pelo falecimento do Professor José Luís Almendra, procedendo à leitura do mesmo, cujo teor passa a ser transcrito.

#### ***Voto de Pesar pelo falecimento de José Luís Almendra***

*“No passado dia 20 de junho de 2023, faleceu José Luís Almendra, natural da Vila de Sendim. José Luís Almendra – Professor Primário e Licenciado em Direito - figura incontornável da sociedade Mirandesa, desempenhou ao longo da sua vida, diversos cargos cívicos e políticos, tendo sempre como preocupação central, contribuir, com o seu empenho e dedicação para a melhoria das condições de vida da população.*

*José Luís Almendra, foi o primeiro Presidente Eleito da Junta de Freguesia de Sendim, em 1977, e primeiro Presidente da União de Freguesias Sendim e Atenor, em 2013. Foi Vereador eleito na Câmara Municipal de Miranda do Douro e Membro eleito da Assembleia Municipal. Para além desta sua ligação à causa pública através da política, José Luís Almendra deixa-nos um impressionante legado ligado ao associativismo deste Concelho:*

*Membro Fundador, sócio Nº 1, dirigente, jogador e treinador do Grupo Desportivo de Sendim; Presidente da Cooperativa Ribadouro; Membro Fundador da Associação Humanitária dos Bombeiros de Sendim, tendo sido dirigente da mesma; Membro fundador do Centro Cultural de Sendim; Membro Fundador da Cooperativa olivícola de Sendim; Membro da Associação dos Professores do Planalto, entre outras.*

*Professor de profissão, recordado pelos ex. alunos como pedagogo por excelência, deitando mão a métodos de ensino revolucionários para a época, deixa-nos como património, milhares de ex. alunos com uma formação sólida, preparados para responder às exigências do futuro, que sabia, exigente. Muitos desses seus ex. alunos são hoje, referências na sociedade portuguesa. De muitos*



deles foi professor do ensino primário e mais tarde, colega de curso na faculdade, onde se licenciou em Direito.

A Assembleia Municipal de Miranda do Douro, reunida em sessão ordinária no dia 30 de junho de 2023, delibera aprovar um voto de pesar pelo falecimento de José Luís Almendra, guardando em sua homenagem um minuto de silêncio.

Solicita-se que a Mesa faça chegar o presente voto de pesar à família.”

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs a votação o voto de pesar acima transcrito tendo merecido aprovação unanime por parte dos membros desta Assembleia Municipal, presentes.

Referiu que, pessoalmente, tinha sido seu professor no ensino primário, aludindo que foi um dos professores mais marcantes que teve efetivamente, revendo-se nas palavras que foram ditas pelo Deputado Fernando Vaz das Neves.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** solicitou o uso da palavra para apresentar duas intervenções, tendo-lhe sido concedido o uso da palavra.

A primeira intervenção prende-se com a questão do museu. Mencionando que fomos todos um bocado surpreendidos por parte do Governo com a decisão de passar o Museu da Terra de Miranda para a Câmara, sem terem conversado com ninguém, o que considera lamentável, e demonstra alguma falta de respeito por parte do governo pela autarquia, e nesse sentido propôs uma moção a ser votada nesta Assembleia sobre este assunto, passando a transcrever o respetivo texto.

### **Moção**

#### **Transferência do Museu das Terras de Miranda**

- *Tendo em consideração as declarações proferidas pela Senhora Secretária de Estado da Cultura, no dia 23 de junho de 2023, relativas à intenção do Governo passar o “Museu da terra de Miranda” para a gestão do município a partir de 1 de janeiro de 2024;*
- *Tendo em consideração que nunca o Executivo Municipal foi contactado, pelo Ministério da Cultura, para debater tal possibilidade;*
- *Tendo em consideração que estes tipos de equipamentos, pelas suas especificidades, devem ser geridos em rede por entidades que os protejam com planos estratégicos, bem delineados e com rigor técnico à sua execução, elementos estruturantes que o município não possui;*
- *Tendo em conta que esta é a única instituição museológica existente neste território, que faz parte da rede de museus nacionais porque tem uma grande relevância em termos de património imaterial nacional e internacional, como por exemplo com a Língua Mirandesa (oficializada pela*



Handwritten signature and initials in blue ink.

Lei 7/1999), com a capa de honras mirandesa (inscrita na lista do património imaterial português) e com o pedido de inscrição das "Danças Rituais de Pauliteiros nas Festas Tradicionais", no Inventário Nacional de património cultural imaterial.

• Tendo ainda em conta que está também prevista a cisão da gestão da Concatedral de Miranda do Douro, o que levanta sérias preocupações sobre a sua gestão futura;

A Assembleia Municipal de Miranda do Douro, reunida em sessão ordinária, no dia 30 de junho de 2023, lamenta esta intenção e acompanha o executivo municipal na sua decisão de não aceitar a passagem do Museu da Terra de Miranda para a sua gestão, apelando ao governo para que reconsidere esta decisão e seja encontrada uma solução que acautele os legítimos interesses do território."

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se mais alguém pretendia subscrever esta moção. **AQUI**

O **Deputado António Santos** cumprimentou todos os que se encontravam na reunião e a seguir transmitiu que tinham recebido esta moção, de facto, na noite anterior, e que tinha tido a oportunidade de a ler, no entanto, achou que naquele momento os membros que representam o Partido Socialista nesta Assembleia não tinham condições de se associar a ela para votar por unanimidade. Primeiro, por lhe parecer estar a fazer um voto por declarações que não são oficiais e que não chegaram à Câmara oficialmente. Perguntou ao Executivo se tinham recebido algum documento ou alguma informação oficial acerca desta questão.

O **Vereador Vítor Bernardo** referiu que existe um projeto de decreto-lei desde dois mil e dezanove cujo objeto é esse mesmo, a transferência do Museu para a Câmara, e o projeto de decreto-lei está em consulta pública, não precisa de prova.

A **Presidente da Câmara Municipal** disse que tomaram conhecimento destas decisões após a reunião do Conselho de Ministros, e pela Comunicação Social, e que, é só isso que está em causa.

O **Deputado António Santos** disse que isto vem de trás, de dois mil e dezanove no âmbito da transferência de uma série de competências, nomeadamente da educação, da cultura, da segurança social.

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que, o que o Deputado António Santos está a dizer é que isso é um processo que se arrasta, começou pela educação, a saúde, e chegou agora à cultura.

O **Deputado António Santos** concordou com a explicação do Presidente da Assembleia Municipal, comentando que, a competência da educação já passou para o município, a segurança



social está a passar, também. Já passaram uma série de competências para o município. Manifestou a este respeito, que ele, pessoalmente sempre foi contra esta questão da transferência de competências. Sempre entendeu que era uma forma de o governo se demitir das suas obrigações, e se no litoral isto pode não ter grande impacto, nas terras do interior tem um grande impacto, e os poucos órgãos onde o Estado está presente, está-se a demitir dessas obrigações. Portanto, quanto a isso não haja dúvida nenhuma. Pessoalmente, crê que todos os que com ele estão acompanham essa ideia de que condenam a demissão do Estado destas suas obrigações. Relativamente a esta questão concreta do Museu, disse que gostava de ter mais conhecimento sobre esta questão. Perguntou se está a acontecer como na educação? Em que é obrigatório aceitar. Referindo que, no decreto-Lei de dois mil e dezanove dizia textualmente que, os museus que eram para ser transferidos eram os que constavam naquele anexo, que eram quatro ou cinco, entre os quais não constava Miranda do Douro, e que, na altura, até ficaram satisfeitos com isso. Acrescentou que, também lá diz numa alínea que, o Secretário de Estado pode a qualquer momento integrar outros museus, nesse anexo de museus a serem cedidos às autarquias se a autarquia concordar. E é isso que ele gostava de questionar, se a autarquia questionar o novo decreto-lei que não viu e se já saiu, se é nesse sentido, basta que a autarquia diga que não quer. O **Vereador Vítor Bernardo** cumprimentou todos os presentes e prosseguiu dizendo que, o artigo quinto do projeto decreto-lei, menciona que criou uma entidade pública empresarial que se chama Museus de Portugal EPE, e é no artigo quinto onde refere que o Museu da Terra de Miranda, sito em Miranda do Douro, o Museu do Abade Baçal, sito em Bragança, o Museu dos Biscainhos e o Museu Dom Diogo de Souza, sito em Braga, passam para a gestão dos municípios. Mas que, o número dois, o número três, e o número quarto, do referido artigo, diz uma coisa parecida com o seguinte:

*“Se até trinta e um de dezembro, os municípios não quiserem aceitar, passam a ser geridos pela empresa Museus de Portugal, EPE.”*

E que a Museu de Portugal, EPE é que depois diligencia para passar para as câmaras, como se uma entidade pública empresarial passasse alguma para as câmaras. Basicamente, significa que, se a Câmara não quiser aceitar o museu, fica naquela entidade.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se nesse processo, a Catedral fica desvinculada do Museu.

O **Vereador Vítor Bernardo** respondeu que, o que o Ministério da Cultura propõe é desagregar a unidade orgânica, que neste momento tem uma gestão única e ficar no Instituto do Património



Cultural, com sede no Porto, referiu que, tratando-se de um decreto-lei, ainda que seja um projeto, dificilmente não será posto em prática.

O **Presidente da Assembleia Municipal** expressou que, em sua opinião, isto vai estar em discussão pública, provavelmente durante quinze dias, e, portanto, a tomar alguma posição, é ou nestes quinze dias ou depois também já não vale a pena nada.

O **Deputado António Santos** acha que, tinha que se aproveitar esse momento, em que está em discussão pública, para eventualmente fazer chegar este tipo de objeções muito concretas relativamente a essa questão.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que se podia chegar aqui a um consenso sobre um texto, ou sobre uma nota, acha que faz sentido.

O **Deputado António Santos** afirmou que, isso é que é importante, fazer chegar lá a posição desta Assembleia Municipal, reivindicar que esta assembleia se opõe, e que, o decreto devia ser de outra maneira. Se depois disso não for atendido, é partir para outras formas de luta, nomeadamente, aprovar esta moção, por unanimidade, contra este tipo de situação, e, eventualmente, outras medidas que sejam tomadas, achando que não se pode desperdiçar este período. Se está em discussão, de fazer chegar propostas concretas de alteração.

Considera que se deve pegar no projeto decreto-lei, ver com o que se discorda, tentar alterá-lo, e que, se o documento está a discussão pública ainda se vai a tempo, porque quando o decreto-lei estiver publicado já não há nada a fazer. Referindo – se à parte em que é mencionado na moção que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado disse que tem total falta de respeito institucional, não sabe em que circunstâncias o fez.

Considera que devem pegar no projeto de decreto-lei ver com o que não concordam e tentar alterá-lo. Se isto está em discussão pública ainda se vai a tempo.

O **Presidente da Assembleia Municipal** a este respeito propôs, para ter algum impacto, que seja aprovada uma tomada de posição por parte desta Assembleia, redigida por uma comissão que vai ser agora nomeada, dizendo que essa seria a melhor solução, caso contrário o que estão aqui a fazer não terá impacto absolutamente nenhum. Mencionando que, o que é votado por parte da assembleia não tem o mesmo valor se não for votado por unanimidade, portanto, se quiserem que alguma coisa tenha impacto deve ser apresentada uma moção que deve ser aprovada por unanimidade, manifestando, neste caso, que estão contra a forma como está a ser feito este processo.





O **Deputado António Santos** colocou a questão, que, se concordarem que não deve haver transferência de competências, e de que o Estado não se deve demitir das suas obrigações sem que a comunidade, nomeadamente a Câmara o pretenda. Porque há câmaras, que até querem, e estão à frente disto, são elas que pedem. Se não houver da parte da comunidade interesse nisto, concordam inteiramente com esse princípio a moção.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou da disponibilidade do Deputado António Santos e pelo Deputado Fernando Vaz das Neves, para redigir o texto da moção.

O **Deputado António Santos** respondeu que podem chegar a um acordo.

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs a votação aqui este princípio de que todos os membros desta assembleia vão aceitar o texto que sair da redação efetuada por estes dois deputados, tendo sido aprovado por unanimidade.

Sobre a catedral, perguntou se seria o mesmo princípio ou dentro do mesmo processo.

O **Vereador Vítor Bernardo** transmitiu que, a Catedral de Miranda é um monumento nacional e não vai para esta entidade, sendo que, no projeto decreto-lei vai para uma entidade que se chama Património Cultural - Instituto Público, que é um Instituto Público, com sede no Porto, e que consta no projeto do decreto-lei, que tem instalações na ala sul do Palácio da Ajuda, em Lisboa, no Ministério da Cultura.

Comentou que, já tinha falado com quem sabe mais disto que ele, e que, a desagregação das duas unidades vai fazer com que a Catedral fique sem gestão.

O **Presidente da Assembleia Municipal** comentou que, o que lhe dizem a ele a este propósito é que agora, sobre mais ou menos a alçada do museu, o museu faz intervenções, nomeadamente em termos de recuperação da arte Sacra, e essas coisas. Se ficar absolutamente desligado, isso deixa de ser feito e, portanto, há uma degradação potencial com o tempo.

O **Deputado António Santos** perguntou se a Catedral tem quadro de pessoal e se tem lá gente.

O **Vereador Vítor Bernardo** respondeu que o pessoal que trabalha na Catedral pertence ao quadro de pessoal do Museu, comentando que, o que vai acontecer é o mesmo que aconteceu nos quarenta anos em que o senhor Andrade esteve como guarda da Sé. Abre quando quer, fecha quando quer, e não pode abrir porque vai à horta, basicamente é isso.

O **Deputado António Santos** disse que essa é a preocupação, porque se fica sem condições de funcionamento, não faz qualquer sentido.

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentada a moção passa a mesma a ser abaixo transcrita para constar na presente ata.



O **Deputado Fernando Vaz das Neves** falou a respeito de uma questão que considera a todos preocupa, que tem a ver com a obrigatoriedade decorrente da legislação, que é a limpeza dos terrenos e das bermas, conforme se segue:

### **Moção**

*“Considerando a época de elevadas temperaturas que vivemos, que provocam um elevado risco de incêndio;*

*Considerando que a legislação em vigor obriga a limpeza dos terrenos, como forma de evitar os incêndios rurais ou evitar a sua propagação;*

*Considerando que as entidades públicas deverão dar o exemplo;*

*Considerando que o Município de Miranda do Douro, procedeu, já, à limpeza dos seus terrenos e bermas das estradas municipais;*

*Considerando que as Bermas das Estradas Nacionais 218 e 221, estão transformadas num verdadeiro viveiro de erva, que coloca em causa a circulação automobilística, uma vez que a erva impede a visibilidade e tapa os sinais de trânsito;*

*Considerando que este excesso de erva coloca também em perigo a circulação dos peões, uma vez que não podendo circular nas bermas, são obrigados a fazê-lo na faixa de rodagem;*

*Considerando que este excesso de erva é um rastilho para incêndios rurais e para a sua propagação;*

*A Assembleia Municipal de Miranda do Douro, reunida em sessão ordinária no dia 30 de junho de 2023, lamenta a atitude das Infraestruturas de Portugal, de não procederem à limpeza das Bermas das referidas estradas, e solicita que a mesa da Assembleia Municipal, faça chegar a presente Moção às autoridades competentes, para que procedam à notificação das Infraestruturas de Portugal, obrigando-as a proceder à limpeza das bermas em questão.”*

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs esta questão a discussão, tendo solicitado o uso da palavra o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** perguntou se o Município já teve alguma troca de comunicação e informação relativamente a esta questão com a Infraestruturas de Portugal.

O **Vereador Vítor Bernardo** respondeu que o prazo para efetuar a limpeza das bermas não foi cumprido por parte da Infraestruturas de Portugal, e praticamente só comunicam quando são obrigados.



O **Deputado António Santos** disse que, assim sendo, os membros do Partido Socialista concordam com a moção apresentada neste âmbito, pelo Deputado Fernando Vaz das Neves, porque se trata de uma questão de segurança.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que também por uma questão de não acusarem um dia mais tarde de não ter chamado à atenção para esta situação, se vier a acontecer algo.

Em seguida pôs a moção a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Inscreveram-se ainda para intervir neste ponto os seguintes elementos: Camilo Vaz das Neves, Luís Santiago, Emanuel Bernardo, e Tiago Sanches da Gama.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Vaz das Neves apresentou a seguinte intervenção:

*“Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Executivo, Senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Deputados Municipais, público presente, eu só queria manifestar aqui o meu apreço relativamente àquilo que o município tem feito em prol de dar a conhecer o que o nosso território também tem bom, e aqui refiro-me também, concretamente àquilo que se passou no dia vinte e quatro em Malhadas, que foi um concurso, que acho que valeu a pena. Com gente, com qualidade, correu tudo maravilhosamente bem, no entanto, aquilo que eu reparei também, infelizmente, foi o número de animais a concurso, ser menor do que nos anos anteriores, que é de facto alguma preocupação, mas que, o município não tem culpa disto, obviamente, portanto, é preciso criar se calhar de outras entidades, algum outro incentivo.*

*O motivo maior desta diminuição de animais a concurso tem a ver efetivamente com o dimensionamento das explorações agrícolas em que, nesta raça, apesar do efetivo no Concelho não estar a diminuir, porque está concentrado nas explorações, portanto, temos agricultores com dimensão maior, e também, uma das características, que se tem verificado toda a vida, é que os animais de concurso estavam nas mãos das pessoas de mais idade, que tinham poucos animais e que faziam essa criação com outra estima, e isso está a acabar.*

*Proponho ao município era o seguinte, há classes etárias a concurso que praticamente não têm animais, há secções que não têm animais. E, portanto, não me recordo agora, qual é o número de animais em cada uma das secções, mas, poder-se-á rever o número de animais a ser premiados em cada secção e aumentar os valores, porque, suponho que o município em termos de orçamento, para o concurso não tenha gasto o valor que estava determinado, se calhar, era uma opção aumentar, por ser mais um estímulo para que as pessoas levem os animais a concurso.*



*Digo isto apenas como sugestão, não sei qual é a ideia do executivo, e depois falar com alguns técnicos também.*

*Em relação à satisfação do concurso, isto é extensível a todas as entidades que efetivamente estiveram envolvidas no evento, nomeadamente, a Associação da raça, a Junta de Freguesia também contribuiu, contribui sempre, portanto é para mim, foi motivo de satisfação esse concurso, este ano.”*

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou aos membros do executivo se pretendiam dizer alguma coisa a respeito da intervenção feita pelo Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas, e não se tendo o executivo manifestado, passou a palavra o Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor.

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor** fez a seguinte intervenção:

*“Bom dia, Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Vereadores, Mesa da Assembleia, colegas Presidentes da Junta, Deputados da Assembleia.*

*Em primeiro lugar, ficou agradecido pela nota de pesar que aqui foi votada em memória do Professor José Luís Almendra. A União de Freguesias de Sendim e Atenor tem a ideia de fazer uma homenagem em honra do falecido. Era para ser já feita no dia treze de julho, na festa da Vila, mas achamos que ainda é um bocadinho em cima do acontecimento. Vamos pensar com calma e faremos uma homenagem como o Professor Almendra merece.*

*Falar da Ronda das Adegas, dizer que foi um ano que meteorologia na sexta-feira, pregou uma partida, entraram mil pessoas na sexta-feira. Tenho a certeza de que se não tem vindo aquela chuva toda e se tem havido os concertos tinha entrado muita mais gente, provavelmente, no total de entradas ultrapassou as quatro mil, pessoas.*

*Mas, dizer que, este ano estive mais de perto a ajudar na organização e vi que a grande maioria dos visitantes é gente de fora do distrito.*

*Portanto, quero dizer à Câmara que a Ronda das Adegas, tem que ser visto como um investimento, e quando, ajuda no financiamento que veja que os hotéis, e as casas rurais, está tudo cheio, tanto é que, tive muitos telefonemas a pedirem alojamento para esses dias e não se conseguiu porque estava tudo cheio.*

*Dizer também que, recebemos na Junta algumas reclamações relativamente às casas de banho, houve ali uma falha, esperemos que durante este ano a que entre o município e a União de Freguesias se resolva essa questão.*



Outra situação, concretamente, as festas da cidade de Miranda e como é do conhecimento público as festas da cidade de Miranda e de Santa Bárbara são praticamente custeadas a noventa por cento pelo município.

Em Sendim, como toda a gente sabe, somos conhecidos por terra de conjuntos musicais, há quatro grupos musicais, nomeadamente, o Triângulo, o Midnes, o NB3, e os DM.

Já um ano passado aconteceu, não foi convidado nenhum destes grupos a tocar nas festas da cidade, este ano, pelo que alguns elementos dos grupos musicais me disseram, voltou a acontecer o mesmo, também nenhum desses grupos musicais foram convidados para atuar nessas festas.

Eu sei que a Câmara se quiser, pode, não digo todos, porque se compreende que nas festas querem trazer novidades, mas, um grupo por ano não ficava mal dar um reconhecimento, porque quando os grupos vão atuar pelo país fora fazem a sua apresentação, dizem que são de Sendim, Concelho de Miranda do Douro, levam o nome deste concelho para fora deste território.

Relativamente à sinalética, eu já falei com o Vereador Vítor Bernardo a este respeito, e gostaria que antes do verão essa questão estivesse já resolvida, mas sei que não estará, mas, espero que na próxima reunião que pelo menos nos seja dada uma data aproximada para quando será colocada a sinalização.

Em relação aos protocolos, como o senhor Vereador Nuno Rodrigues referiu, o nosso protocolo, que é a aquisição de um trator a parte que nos competia, que era a limpeza das bermas na estrada municipal da nossa freguesia, já está praticamente limpa ou quase na totalidade, antes da Ronda das Adegas.

Também dizer que, eu como Presidente da União de Freguesias, e todo o meu executivo, não estamos preparados para concretizar estes protocolos, na aquisição de um trator. E gostava que o município, os técnicos do município, contribuíssem mais para quando temos algumas dificuldades tivessem mais presentes.

Em relação às Infraestruturas de Portugal, dizer que, como o Deputado Fernando Vaz das Neves falou, tem havido algumas multas a particulares e mesmo à Câmara. Dizer que, tudo o que se fez em Sendim, tapar um aqueduto à entrada de Sendim, e um particular que compôs um muro, que melhorou e ficou com mais segurança e as Infraestruturas de Portugal vêm aqui chatear as pessoas, e a Câmara com multas.”

O **Deputado Emanuel Bernardo** expôs o que se segue:

“Bom dia a todos, Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara e restantes membros do executivo, membros da Mesa, Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados.



§  
A

Queria dizer que fico feliz por ver reconhecido quer o trabalho, em primeiro lugar, das escolas, quer em segundo lugar, a questão do voto de pesar pelo falecimento do Professor Almendra.

E queria só questionar em que estado se encontra a situação do matadouro, e se o parecer que na última reunião nos foi dito que faltava já está pronto, ou em que situação está?"

O **Deputado António Santos** fez a seguinte intervenção:

"Primeiro também relativamente ao voto de pesar do Professor Almendra, naturalmente, solidarizar-nos com isso, um grande professor, uma pessoa que sempre colaborou com a escola mesmo depois de deixar de exercer mesmo depois de ser Presidente de Junta, sempre contamos com ele, uma pessoa interveniente, uma pessoa de proa na comunidade e, portanto, é de todo merecido este voto de pesar.

Relativamente ao voto de parabéns ao Agrupamento de Escolas e Miranda do Douro, pois, também não poderia deixar de o referir.

Eu gosto, sempre, relativizar estas coisas, há anos em que as coisas correm melhor há anos em que correm pior. Este ano, de facto, correu bem, tivemos muito bons resultados, é sempre bom, porque pelo menos mostramos que aqui também somos capazes. Às vezes passa-se a ideia de que o ensino, enfim, no interior o Deputado é pior do que no litoral e não é verdade. Aqui também somos capazes de ter resultados de excelência. O Fernando Vaz das Neves falou do lugar na classificação ficamos no 96.º lugar, e se fossemos ao Público era o 75.º lugar, que ainda era melhor, se fossemos ao ranking da superação, que é um ranking que é feito pelo jornal Público, que organiza as seiscentas escolas em termos daquilo que era esperado e daquilo que conseguiram, nós aparecemos em número 8, são valores de facto muito bons.

Gostava de relativizar isto, porque para o ano não significa que a gente consiga ter estes valores, porque para alguns jornais, nós até somos estatisticamente irrelevantes, porque fazemos muito poucos exames. Só tivemos catorze exames a matemática, e catorze a português, os alunos escolhem os que querem.

Basta que haja dois ou três alunos a tirarem muito má nota para logo as medias irem por água abaixo.

Podemos dizê-lo, por exemplo, um aluno ou dois de etnia cigana ou outros carenciados que passaram com dificuldade, ao chegar ao fim, vão fazer o exame, tiram dois ou três e as médias vão ao por aí abaixo.

Portanto, este ano ocorreu de facto muito bem, porque estas circunstâncias ajudaram. Agora, não vamos embandeirar em arco. É bom mostrar que somos capazes, que aqui também conseguimos



Handwritten signature in blue ink.

*ter dos melhores resultados, mas, temos as nossas contingências, temos a nossa realidade e isso é que me preocupa.*

*É que todos os anos a gente consiga ter resultados em função das circunstâncias que temos nesse ano e por isso agradeço o reconhecimento, mas é uma questão muito relativa.*

*Aquilo que me parece é que estes resultados têm a ver com a questão da flexibilidade e da autonomia curricular que nós embarcamos logo em dois mil e dezoito. Este sistema de acesso ao ensino superior, para mim é o melhor. Que é aquele em que os alunos fazem os exames, só aqueles que querem, em função do seu percurso de vida. Fazem a matemática, se querem ir para aquela área, querem fazer biologia, fazem história consoante as suas opções, e nós aqui temos alunos muito pragmáticos, que trabalham em função dos seus objetivos e se querem ir para matemática, trabalham para fazer o exame matemática e isso vê-se nos resultados.*

*Quando os alunos são obrigados a fazer exames só porque são obrigados a fazer exames, os resultados vêm logo por aí abaixo.*

*Portanto, aquilo que eu auguro em termos de futuro, já que esse processo de acesso ao ensino superior foi alterado, voltamos atrás, voltamos aos exames obrigatórios, vai acontecer, é que os resultados vão piorar e daqui para a frente vamos assistir a uma teoria dos resultados dos exames, mas de qualquer maneira agradeço o reconhecimento público pelos resultados.*

*Queria também referir aqui uma outra questão que nos preocupa, vemos com alguma preocupação os rumores que têm andado por aí relativamente à Cooperativa Vinícola de Sendim. A Cooperativa é uma entidade privada, é verdade, mas tem um impacto público muito grande, e nós ouvimos cada vez mais situações de muito má situação económica, possível encerramento.*

*O que é que se passa com isto?*

*A cooperativa, como sabem, foi objeto, durante a campanha, de grandes questões e de apoios, e de um partido e de outro.*

*Eu gostava de saber em que ponto é que isto está? Se isto é verdade? E o que é que se pretende fazer em termos de futuro? Porque nós não podemos perder de maneira nenhuma uma entidade como esta.”*

**O Presidente da Junta de Freguesia de Genísio, José Marcelino Antão, fez a intervenção que se segue:**

*“Bom dia para todos.*



Handwritten signature in blue ink, appearing to be 'A' with a flourish above it.

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhor Vereador Vítor Bernardo, Senhores Deputados, Secretária Anabela, colegas, Presidentes de Junta e público presente.*

*Também um voto de pesar pelo falecimento do Professor Almendra.*

*Em primeiro, novamente alertar para o problema da ETAR de Genísio e de Especiosa é um problema, e as pessoas agora que os ribeiros estão a parar de correr é um grande problema. Eu gostaria com algum esforço vosso e meu fazermos alguma coisa.*

*O Senhor Vice-Presidente, também nos disse que nos ajudaria em questão da niveladora. A Câmara há uns anos atrás cedia-nos a niveladora agora tivemos que nós encontrar uma niveladora para podermos arranjar as valetas dos nossos caminhos rurais, e eventualmente, ainda se gasta muito. Eu tenho que pagar doze ou treze mil euros por serviço prestado com motoniveladora em Genísio e Especiosa.*

*A outra questão, eu acho que a máquina giratória está funcional. Gostaria de saber como é que eu poderia requisite-la durante alguns dias, porque são sempre necessários.*

*Mandei arranjar duas ruas em Genísio e uma na Especiosa há uns anos, com a verba que recebi da Câmara através de protocolo, e estão arrançadas, e convoquei para visitar o local o Engenheiro Pedro e estive no local e prometeu-me que ia fazer alcatrão. As ruas estão preparadas com valetas, com touvenant, com tudo o que é necessário. Gostava de saber para quando está previsto o alcatroamento.*

*Nas Olimpíadas havia de se alterar ali qualquer coisa, porque as crianças vão para lá para brincar, e eu levei duas para se inscrever e só aceitaram a inscrição de uma, a outra criança ficou a chorar, porque queria ir aos sacos, e não pode ir. Talvez se pudesse alterar isso, e escrever todas as crianças, seria a melhor coisa do mundo, porque as crianças vão lá para brincar.*

*As pessoas também me falam naquele que é o projeto, 8000 árvores 8000 habitantes, nesta altura também não é grande tempo para isso, mas, seria bom se pudesse dar resposta às pessoas que me colocam questões a esse respeito."*

**O Deputado Tiago Sanches da Gama** apresentou o seguinte discurso:

*"Bom dia Senhor Presidente da Mesa, Executivo, restante mesa, colegas Deputados, Presidentes de Junta, restantes presentes.*

*Em primeiro lugar, também queria falar que sobre o voto de pesar pelo Professor Almendra. O professor Almendra foi Presidente de Junta de um partido da oposição quando o meu pai era Presidente de Câmara, começaram com a oposição, tornaram-se grandes amigos, inclusive da*





família. Era o seu grande amigo, e mesmo dos filhos, ainda bem que foi votado por unanimidade o voto de pesar, e deixo aqui uma proposta ao Presidente Junta de Sendim que, se calhar mais do que uma festa, ou uma homenagem, se calhar terá que pensar qualquer dia atribuir o nome do falecido Professor Almendra numa rua para homenagear o Professor Almendra.

Segundo lugar dar os parabéns ao Agrupamento de Escolas de Miranda, e meter um bocado a colherada, que eu acho que este ano tivemos bons resultados porque o Professor António resolveu encomendar internamente na Escola, o Cordeiro Mirandês. E acho bem, acho que fica para o futuro, sirva de exemplo aos próximos, nota-se logo a diferença!

Em terceiro lugar e para acabar um bocado em beleza, propor à Assembleia também que não sei se é um voto ou desejo de bom Ministério Pastoral, que no passado domingo estive presente, tive convidado, estive em Bragança na do início do Ministério Pastoral do Dom Nuno Manuel, o nosso bispo. E estive presente a nossa Presidente de Câmara, gostei muito. Foi uma cerimónia muito digna. A nossa Presidente Câmara recebeu como é obrigatório na porta o Senhor Bispo, junto com o Presidente da Câmara de Bragança.

Penso que correu tudo bem. Eu já tinha tido uma conversa informal com o Dom Nuno na Catedral de Santiago, há uns tempos, que me foi apresentado pelo Dom José Cordeiro, e a primeira coisa que me disse foi que já estava a aprender mirandês, e respondi-lhe que fazia muito bem.

E não sei se há tipo voto ou umas felicitações e uns desejos. Eu sei que depois vai estar presente, não é a estação dia 9, mas só acho que a Assembleia Municipal, sendo o bispo.

Que considera que muita gente diz e escreveu no Facebook oficialmente a Miranda Bragança agora por uma questão institucional e que dizem Bragança Miranda, mas havemos de andar sempre nesta luta e havemos de continuar para nós."

**A Presidente da Câmara Municipal** fez as seguintes declarações:

"Bom dia a todos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os restantes elementos do executivo, os Deputados, os Secretários e os Presidentes das Juntas de Freguesia.

Só queria transmitir-vos, relativamente a esta questão, este ato de governação que se pretende tomar em relação ao museu e à catedral, acho que está a ser uma tentativa de praticar uma política dos três d's, ou seja, discriminação do território, desvalorização do nosso património, e a despromoção em Portugal das nossas gentes.

E se vocês pensarem nestes três d's, antes era Fátima, Futebol e Família, agora se vocês pensarem na discriminação, na desvalorização e na despromoção, isto tende sempre e cada vez mais para a centralização, então não faz sentido.



É o conceito da coesão territorial que não se pratica efetivamente com esta medida e se houve outros assuntos que foram objeto de descentralização, e o Professor António Santos já os anunciou porque também foi visado nisso, que foi a educação, a segurança social, e agora descobriram a cultura para despromover o território, para discriminar, e para desvalorizar.

Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Malhadas, o Camilo Vaz das Neves, quase que não concordo contigo quando falas da do envelhecimento dos criadores, porque logo à imagem vem uma pessoa como o Orlando, o Celso, o Armandino e a Inês, que são quarto referências em termos de criação da vaca mirandesa, e são pessoas que podemos considerar jovens, e eu acho que estão a fazer a diferença.

Relativamente à questão dos prémios há sempre situações a rever, e estaremos atentos a quaisquer situações que possamos contribuir, sempre com as chamadas de atenção para o melhoramento das situações, e isso é algo que nós queremos ter sempre.

Relativamente à intervenção do Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, Luís Santiago, eu quero transmitir a todos que todos os subsídios que a Câmara atribui, ou seja, há associações, seja entidades que possam ser objeto de atribuição desses subsídios, temos sempre presente que essa atribuição de subsídios é um investimento que se vai reverter mais cedo ou mais tarde, no Concelho.

Relativamente às festas da cidade, estamos a falar da sede do Concelho, terá que haver naturalmente uma discriminação positiva. Mas, as festas da cidade também resultam muito da colaboração entre três entidades, a Câmara Municipal, a Comissão de Festas de Santa Bárbara e a ACIMD, sem esta colaboração, as festas da cidade jamais seriam viáveis.

Quanto aos outros assuntos, serão os Vereadores que irão falar a esse respeito.

Eu queria-vos falar, porque foi esse o compromisso que eu assumi convosco, não sei se é agora pertinente ou poderei falar no fim, dos projetos do POP, falarei no final.

Mas, não quero terminar a minha intervenção, estamos aqui a felicitar a escola, mas eu acho que nós temos é que felicitar o Professor António, que é o responsável pelo agrupamento de escolas, e em nome do Professor António, felicitar sim, todas as pessoas que contribuíram para que a Escola de Miranda este ano nos tivesse privilegiado com esta posição no ranking das escolas e, portanto, Professor António, em seu nome felicito todas as pessoas que fazem parte do agrupamento, e todas são importantes para que isto tenha sido possível. E claro que é uma questão que muito nos honra e que contribui para que sintamos a tal proa que nós temos tanto orgulho em mencionar.”



O **Vereador Nuno Rodrigues** expôs as seguintes declarações:

*“O concurso teve efetivamente menos animais, mas se pudermos reparar, os animais são de difícil trato, e torna-se difícil, da maneira que nós temos programado o concurso, conseguir levar mais animais porque são mais bravios. Temos pensado no próximo ano fazer diferente, as pessoas conseguem levar os animais até ao local do concurso, mas, depois tem que andar a passeá-los em frente das pessoas, e esse é o problema, e é esse aspeto que temos que mudar. Acho que, se no próximo ano mudarmos isso, certamente, serão levados mais animais a concurso.”*

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Vaz das Neves fez alusão a que as pessoas jovens, e no caso, são aquelas que a Senhora Presidente referiu, o Celso, o Orlando, a Inês, são pessoas jovens, e são esses os que se dignam levar os animais a concurso, com algum trabalho, porque o trabalho está em conseguir capturar os animais, não é na sua presença em concurso, embora tenha havido ali um incidente.

O **Vereador Nuno Rodrigues** disse que houve três incidentes, mas não adianta, porque falaram com o técnico, e que, o que se verifica é isso mesmo, vão mudar o formato em muitos concursos, porque é difícil. Referindo que o Orlando levou a concurso duas ou três novilhas e via-se aflito com elas. Dizendo que, se as tivesse levado e prendido no local não teria tido esse problema, e foi isso que fez com que não tivessem sido levados mais animais a concurso.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Vaz das Neves disse que:

*“A razão, para eu tocar neste assunto, tem a ver com o estimular mais pessoas para conseguir levar animais ao prémio com as dificuldades que há. Portanto, há pessoas jovens, obviamente, mas, o que eu quis dizer em relação às pessoas de mais idade é que, antigamente os prémios eram mais distribuídos porque havia muito mais gente. Essas pessoas eram pessoas mais idosas, e continuam a ser. Em terminando ali meia dúzia de pessoas de Malhadas, por exemplo, ficam apenas aqueles criadores que têm um efetivo maior, o Orlando, a Inês. Mas por exemplo, em Duas Igrejas já há explorações de Mirandesa, está o Eduardo que tem cento e tal vacas, neste momento já não anda com o trabalho de apanhar animais. Temos em Fonte Aldeia várias explorações que ainda são jovens, mas não levam animais a concurso.*

*A minha proposta e aquilo que eu sugeri foi, se há secções em que não se gasta o dinheiro, porque não concentrar mais dinheiro nos premiados.”*

O **Vereador Nuno Rodrigues** disse que não sabem quantos vão comparecer a concurso, porque só têm conhecimento dois dias antes do concurso.



O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Vaz das Neves, disse que é preciso fazer o estudo das secções e do número de pessoas que participam, e do número de animais a premiar.

O **Vereador Nuno Rodrigues** respondeu que podem aparecer, por exemplo, apenas duas novilhas, mas que, podem aparecer a concurso cinco e que só estava previsto prémio para duas. Se este ano apareceram apenas duas, no próximo ano podem aparecer cinco, ou mais.

Ou seja, os prémios têm que ser definidos com antecedência caso apareçam a concurso mais animais, o dinheiro destinado aos prémios está apenas definido para esse efeito.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Vaz das Neves, afirmou que a tendência é cada vez haver menos, mas que é preciso fazer um estudo, porque se efetivamente aumentaram os valores, talvez ainda não tenha sido o suficiente para estimular algumas pessoas.

O **Vereador Nuno Rodrigues** deu as seguintes respostas às questões colocadas:

*"Incentivar as pessoas a ir não é por causa de mais cinquenta euros, é por o animal ser bravo, e ser de difícil acesso.*

*Vamos tentar mudar, e em vez de ter que andar a passear os animais, é colocá-los de imediato na respetiva secção para não terem que andar de um lado para o outro, e foi a esse respeito que se conversou no concurso no dia em que foi realizado.*

*É claro que nós estamos preocupados, e que, gostaríamos de ter visto no concurso cem ou duzentos animais, mas, o problema é que os animais andam cada vez mais à solta. Antes havia vinte produtores, tinha cada um cinco animais e estavam todos presos, era fácil trata-los, atualmente cada produtor tem cinquenta ou sessenta animais e não os recolhem todos os dias.*

*Ao Presidente da Junta de Sendim, relativamente à Ronda das Adegas, se reparar, nós estamos na Câmara Municipal há dois anos e aumentámos significativamente o apoio financeiro atribuído para apoiar o referido evento, e eventualmente, no próximo ano podemos aumentar mais, sabemos que é um grande investimento, mas também sabemos que traz o retorno. Quanto às casas de banho públicas em Atenor, temos que providenciar urgentemente no sentido de resolver esse problema.*

*Relativamente às festividades de Santa Bárbara realizadas em Miranda do Douro, concretamente, quanto à contratação dos grupos musicais, são opções que têm que ser feitas. Compreendo que seria bom que o dinheiro ficasse no Concelho, e que contratassem os quatro conjuntos.*

*Relativamente aos protocolos, que fique bem claro, que os protocolos celebrados com as juntas de freguesia no ano passado, foi mais uma ajuda que a Câmara deu a todas as juntas. Usufruidos*



também e separadamente desse protocolo que se refere aos caminhos rurais, à limpeza das ruas, isso já está definido. Este protocolo, que fizemos e para ajudar mais, não foi dinheiro que tiramos de outras rubricas.

Este protocolo foi para ajudar, definimos esta regra que eu acho que é mais justa, para que ninguém diga, por exemplo, porque é que deste a Sendim cinquenta mil e deste a Palaçoulo sessenta mil, nada disso, é para ser mais justos com todos, e tentamos ser o mais justos possível, e eu acho que conseguimos.

Relativamente à aquisição da viatura, nós próprios temos dificuldades, quando vamos fazer aquisição de viaturas também contratamos para que nos façam o caderno de encargos, esse é que é o problema. Nós também não temos pessoas credenciadas para fazer esses trabalhos.

Quando fizemos o concurso público para lançar a obra do matadouro pensamos em contratar uma empresa para fazer o caderno de encargos para lançar o concurso.

Relativamente à questão colocada pelo Deputado Emanuel Bernardo, ainda falta a declaração da Câmara, referente ao distanciamento de cinquenta metros do edifício ao limite do nosso terreno.

Já fizemos a limpeza do terreno, porque se encontra em zona florestal, a declaração deve estar a sair, e o matadouro é para fazer.

Ainda bem, que o Carlos Pêra falou a respeito da zona industrial, ontem estive com o Senhor Humberto da CCDR e ele dizia que nós não vamos ter tempo para fazer esta zona industrial. Mas há uma notícia boa, vai haver nova candidatura em setembro/outubro nenhuma das zonas industriais foi feita, eram três e nenhuma vai ser feita.

Relativamente à cooperativa, efetivamente não tem, um estado financeiro muito agradável, mas nunca ninguém falou em fechar nem deixar fechar. Acho que este ano o maior problema é não conseguir vender o vinho, tem sido difícil, mas também quero dizer que, a Câmara não pode pegar em seiscentos ou setecentos mil euros e dar à cooperativa, para pagar a dívida. Acho que, toda a gente aqui percebe isso.

Mas, tudo com o que nos comprometemos, enquanto campanha eleitoral, dissemos que íamos ajudar no projeto, já damos setenta e três mil euros para a elaboração do projeto. Apoiamos a cooperativa com trinta e um mil euros, para a promoção e venda do vinho do ano passado. Este ano também queríamos, mas, não podemos estar sempre a dar dinheiro sem cumprir os protocolos anteriores, ou seja, quando estiver o projeto feito e pago.

Quanto ao trinta e um mil euros, acho que já justificaram bem, já venderam vinho que já estavam justificados, podemos ajudar sempre na promoção do vinho, mas não podemos pagar dívidas.



*A outra promessa que era nossa e na campanha eleitoral, numa candidatura que a cooperativa fizesse, a parte que não fosse financiada, a Câmara iria suportar.*

*A Câmara já suportou essa parte não financiada de outras entidades, concretamente, duas na Casa da Criança, que eram dois projetos um na Casa da Criança, e outro em Picote.*

*Relativamente à cooperativa vai haver uma, há também uma boa notícia para a cooperativa, o vinho vai ser valorizado, o Governo vai fazer um apoio para passar a vinícola e esperemos que ajude aqui, que seja bom para a cooperativa, tem à volta de seiscentos mil litros de vinho, se for pago a setenta, em vez de ser pago a quarenta, é uma boa ajuda.”*

O **Presidente da Assembleia Municipal** manifestou-se relativamente à questão da Adegas Cooperativas Ribadouro, na Vila de Sendim o que se segue:

*“Eu fiz parte da direção da cooperativa desde dois mil e dezasseis até há pouco tempo. Quando cheguei à cooperativa tinha a dívida que tinha, tinha à volta de nove colaboradores, e tinha vários custos. Em termos de custos, conseguimos diminuir o fornecimento de serviços externos mais ou menos de cento e quarenta mil euros, para oitenta mil, para metade. Custos com o pessoal, neste momento tem três colaboradores, portanto, foi reduzido. Os custos foram esmagados ao máximo. A dívida foi diminuindo, quando chegou a pandemia não houve vendas de vinho naquele ano. E, portanto, a forma de pagar o vinho foi voltar ao nível de endividamento próximo do que existia em dois mil e dezasseis.*

*Gostava de dizer que, apesar desse endividamento, esse endividamento não é grave no sentido em que não há falência técnica, porque o stock de vinho mais do que compensa de todos esses valores, mesmo que consideremos o vinho a preço muito reduzido. Só para vos dar uma ideia, gostava de vos dizer que a dívida, por exemplo, da Adegas Cooperativas de Valpaços, com quem nos comparamos, é cerca de quatro vezes superior, e a Cooperativa de Vale Paços continua a sobreviver, e está neste momento, por causa do aumento dos juros, a pensar num plano de recuperação que irá impor à Câmara.*

*No caso efetivamente, nós recebemos o apoio que o Vice-Presidente referenciou, mas o projeto, está em condições de poder ser candidatado, caso haja candidaturas para as cooperativas. Fomos apoiados para a promoção do vinho, que foi utilizado e que serviu para a venda do vinho, nomeadamente, para exportações para o Brasil que não tínhamos e para introduzir as nossas marcas no Aldi. Foi para isso que serviu, para essa parte de comercialização e quem nos comercializou também nos apoiou supletivamente em termos técnicos. Mas, face à informação*



existente, a Cooperativa de Sendim, comparada com as de Valpaços ou de Vinhais, desde que foi feita nunca mais teve um investimento relevante de modernização.

E, portanto, não conseguimos fazer vinho que a qualidade das uvas merece. Eu vou-vos dar um exemplo, o ano passado na campanha tínhamos oferta para a compra de vinho rosé em quantidade significativa. Por isso começámos a vindima das uvas brancas mais cedo. Anunciamos, então, que a vindima começava no dia X e que seria primeiro para os brancos. O que é que aconteceu? Alguns associados, que até se sabe quem são, no dia em que vendimaram as uvas brancas, vendimaram também as uvas tintas. Só que as tintas ficaram em casa à espera que fossem aceites na adega, a fermentar, colocando em causa a qualidade do vinho num balão de duzentos e sessenta mil litros de vinho. Portanto, os associados também não ajudam. Faltam equipamentos, porque nunca mais houve um investimento de jeito e falta apoio de alguns associados.

O vinho, parece-me a mim, é o produto agrícola por excelência da nossa terra. O único que ainda é rentável. Notem que nós conseguimos diminuir a dívida até à pandemia, mesmo tendo aumentado o preço das uvas.

Quando eu entrei, o preço do kilo rondava os vinte cêntimos e no ano seguinte passou para valores próximos dos quarenta cêntimos. Se eu pagar as uvas a quarenta cêntimos e sabendo que um kilo de uvas rende mais ou menos setenta centilitros, a quanto é que eu tenho que vender o vinho sem ganhar nada? Tenho que dividir os quarenta cêntimos por zero virgula sete e isso dá-me logo cinquenta e sete cêntimos.

E, portanto, mesmo pagando as uvas a quarenta cêntimos, para não ganhar absolutamente nada, tenho que vender o vinho a mais de cinquenta e sete cêntimos. Mas, vender o vinha a granel a esse preço é quase impossível. Em suma, não há interesse nenhum em produzir vinho para vender vinho a granel. O que interessa, efetivamente, é vender engarrafados, que foi aquilo que não se fez na pandemia, porque não havia compradores. Tem que ser feito vinho de qualidade para poder ser vendido pelo menos a um euro, o que não é assim nada de especial, e com isso conseguir de facto pagar as uvas, não a quarenta cêntimos, mas se calhar a cinquenta, ou mais e cobrir outros custos. Mas para isso, repito, é preciso a cooperativa tenha investimento, faça vinho de qualidade e as pessoas têm que ser educadas para que, se não cumprirem, serem castigadas.

Portanto a cooperativa tem futuro, tem lá stocks de vinho, eu continuo disponível para a ajudar na medida do que me é possível. Por exemplo, continuo em contacto com o Presidente da Direção da Cooperativa de Valpaços, o Eng.º Pedro Vinagre, e é ele que me tem estado a alertar para esta



*questão da queima do vinho, havendo, de facto, potencialidade para vender vinho para queima, mas não vai certamente haver generosidade das quantidades e no preço.*

*A Cooperativa ser olhada com atenção, de maneira a que produza vinho com qualidade, e, dessa forma, com tudo direitinho, tem todo o futuro e tem muito potencial. Tem mesmo muito potencial. Eu recordo que em Sendim muitos de nós, incluindo eu, muita gente está licenciada, estudou, fez a sua vida, teve a hipótese de subir no elevador social graças à cooperativa, à conta das vinhas, e seria uma pena muito grande se a Cooperativa fechasse.*

*Como sabem, face às nossas funções, tive que sair da direção. Quem está à frente da Cooperativa é o Fernando Xavier, que é também um dos maiores produtores, que sempre está disponível para ajudar. Sei que muitos dos membros da atual direção não estão disponíveis para continuar num novo mandato. Ora, se não continuarem, não estou a ver quem vai pegar na Cooperativa.*

*Neste momento há detalhes que só o Fernando sabe, e, portanto, se o Fernando não estiver lá, eu não sei como é que aqueles detalhes vão ser resolvidos. A Direção que está agora que tem conhecimento dos assuntos da Cooperativa que se não o passar para a geração seguinte é conhecimento que se perde. Ora isso, também não contribui para a melhoria da situação da Cooperativa.”*

**O Vereador Nuno Rodrigues** respondeu da seguinte forma às intervenções anteriores:

*“Enquanto município sempre que podemos ajudar vamos ajudar, sempre que podermos dar um apoio damos o apoio, gostávamos de poder ajudar mais, mas, acho que não podemos pagar a dívida que é da Cooperativa, a não ser que venha com um plano de reestruturação, não sei como é que isso vai ser.*

*Senhor Marcelino, relativamente à ETAR, o camião deve chegar até final do mês de julho.*

*Dizer ao Emanuel, que me custa mais a mim que a ti, porque fizemos o procedimento para a aquisição do camião e nove dias, porque era o único que existia, e afinal o camião não chegava.*

*Senhor Marcelino, a ETAR precisa de tubos mais para baixo?”*

**O Presidente da Junta de Freguesia de Genísio**, José Marcelino Antão, disse que a ETAR da Especiosa vai desaguar à ribeira e fica mais afastada das casas, mas, a de Genísio está a cerca de cinquenta ou sessenta metros de distância das primeiras casas, e que, ali cheira mesmo mal, e tem que se fazer qualquer coisa para resolver essa situação, sugerindo que talvez uma drenagem antes de chegar àquele local, resolvesse a questão, apelando para que seja feito algo nesse sentido.





O **Vereador Nuno Rodrigues** respondeu que a motoniveladora não funciona, a que, a câmara também não tem maquinistas, admitindo que o executivo tinha falhado a esta promessa, porque tinham dito que vinham cá os militares do exército, e que efetivamente estiveram no concelho, e que os acompanhou a São Martinho e a Malhadas, para reconhecimento do território a intervencionar, e o que os militares propuseram foi, intervir em quatro quilómetro, no período de dois meses, e que isso não fazia sentido, porque deixavam os caminhos como estradas, mas que, não é isso que se pretende fazer nos caminhos.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Genísio**, José Marcelino Antão, lembrou ao Vereador Nuno Rodrigues que tinha prometido que a câmara ajudaria as juntas de freguesia, pelo menos numa percentagem.

O **Vereador Nuno Rodrigues** deu a seguinte resposta:

*“Mas neste protocolo que vamos fazer, põe-se lá mais verba para o arranjo do caminho, imagine, cinco mil euros para o caminho, e os restantes dez mil euros para outra atividade.*

*Gostava muito de estar próximo de vocês, chegamos aqui e disponibilizamos logo de imediato mais um FEF para as Juntas de Freguesia. Recebiam todos os meses vinte mil euros, nós damos cada três meses vinte mil euros, ainda mais um FEF a cada Junta de Freguesia.*

*Fizemos esse esforço e queremos também ajudar numa percentagem nas limpezas em geral, eu sei que os preços aumentaram, mas, também aumentou para a Câmara, acontece exatamente como nas Juntas de Freguesia.*

*Quanto às duas ruas, não vou prometer que vão fazer esta obra este ano, porque não vamos fazer arranjos urbanísticos aqui. Temos aqueles para fazer em Palaçoulo e Prado Gatão espero bem que as empresas façam esses, este ano, se fizessem esses arranjos este ano, para o ano começávamos a fazer estes aqui.*

*Não vamos adjudicar às empresas e depois, pedem consecutivamente prorrogação de prazo, é o que tem estado a acontecer.”*

O **Presidente da Junta de Freguesia de Genísio**, José Marcelino Antão, garantiu que não é muita coisa, e que o que já foi feito vai ficar degradado, e que, depois de ter sido feito o trabalho bem feito vai acabar por degradar, caso não seja terminada a intervenção pretendida.

O **Vereador Nuno Rodrigues** respondeu que este ano a câmara não tem hipótese de arranjar aquelas duas ruas, e que, caso se comprometessem a fazê-lo estariam a enganá-lo, e que, não pretendem enganá-lo.



Quanto às Olimpíadas das crianças, referiu que as inscrições eram feitas por idades, e que, se não inscreveram a criança terá sido porque não tinha idade para poder ser inscrita.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Genísio**, José Marcelino Antão, disse que tinha duas ou três crianças para inscrever, tendo sido apenas inscrita uma, e as que, outras não foram inscritas, e que eram todas da mesma idade. Propôs que, para o próximo ano inscrevam todas as crianças, porque não vão lá pelos prémios, mas apenas para participar e para se divertirem.

O **Vereador Nuno Rodrigues** respondeu que para o próximo ano se verá como se vai organizar o evento, mas que no Regulamento das Olimpíadas, que foi enviado para todas as Juntas de Freguesia, está lá mencionado que só podia haver uma equipa por jogo.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Genísio**, José Marcelino Antão, insistiu afirmando que as crianças vão lá apenas para brincar, não é por causa dos prémios.

O **Vereador Nuno Rodrigues** disse em relação ao projeto das oito mil habitantes oito mil árvores que foi entregue a uma empresa, que por sua vez já montou o estaleiro, e embora o empreiteiro tenha referido que não podia dar de imediato início aos trabalhos, a empreitada já tinha sido adjudicada. Informou ainda, que a empresa sabe que os trabalhos têm que estar concluídos até dia trinta de dezembro deste ano, caso contrário é perdido o financiamento.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Vaz das Neves, perguntou em relação à questão dos caminhos que era suposto o exército compor, se já está fora de hipótese negociar coisas diferentes. Afirmando que presenciou aquilo que eles disseram e viu para o que vinham preparados. Comentou que de facto, não era aquilo que se pretendia, questionando se não há mais negociações com o exército para poder fazer aquilo que a Câmara pretendia.

O **Vereador Nuno Rodrigues** respondeu que fazer uma estrada de três ou quatro quilómetros em cada freguesia, não tem nenhum interesse.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou a propósito do matadouro e da cooperativa, se o matadouro tem financiamento garantido. E quem é que paga os custos do matadouro. E porque é que não há dinheiro para a cooperativa de Sendim.

O **Vereador Nuno Rodrigues** questionou se a câmara poderá legalmente pagar a dívida da Cooperativa.

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que não era isso que estava a dizer, até porque a cooperativa tem vinho para pagar a dívida, mas que há escolhas que têm que ser feitas, e com isso não está a dizer que não façam o matadouro, mas sim, que há escolhas que têm que



ser feitas. Porque para um projeto não há financiamento, mas há dinheiro, para outro projeto não há financiamento, mas, também não há dinheiro.

O **Vereador Nuno Rodrigues** declarou que isso não é verdade, e que, a câmara tem dinheiro para apoiar.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou porque é que então não fazem a requalificação da cooperativa.

O **Vereador Nuno Rodrigues** respondeu que a câmara não pode fazer a requalificação toda.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se a câmara pode fazer o matadouro.

O **Vereador Nuno Rodrigues** respondeu que pode fazer o matadouro porque é uma obra da câmara, é municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** retorquiu afirmando em sua opinião é muito mais viável a cooperativa que o matadouro.

O **Vereador Nuno Rodrigues** disse que não tem dúvida nenhuma, mas, que a cooperativa é que tem que fazer a obra, e que a câmara apoia, porque a câmara não pode pagar a obra na totalidade.

O **Presidente da Assembleia Municipal** apelou para que seja prestado apoio à cooperativa, e a quem está lá neste momento, para fazer essas obras, porque eles não têm competências.

Perguntou qual é a motivação da Câmara até agora, e se, alguma vez perguntaram à cooperativa se essa hipótese de gestão da cooperativa por parte da Câmara está em cima da mesa, transmitindo que a Câmara de Valpaços faz isso.

O **Vereador Nuno Rodrigues** disse que, a câmara pode comprar, se está assembleia aprovar, e que isso já não depende da câmara.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a cooperativa já tentou, junto da Sogrape, mas que, a Sogrape não tem interesse absolutamente nenhum, tem apenas interesse em que a cooperativa de Sendim feche.

Lembrou que quando passou as uvas para quarenta cêntimos em dois mil e dezasseis, a Sogrape pagava vinte cêntimos, e que, teve que passar a pagar quarenta cêntimos também. Portanto, eles têm interesse em que a cooperativa feche.

O **Vereador Nuno Rodrigues** continuou a dizer que, se a cooperativa fizer obras, a câmara pode apoiar as obras da cooperativa, mas que não pode dar mais dinheiro à cooperativa para pagar dívida.



O **Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que nunca ninguém o ouviu dizer que queria que pagassem dívida.

O **Vereador Nuno Rodrigues** perguntou para que quer que a câmara dê dinheiro à cooperativa

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que é a motivação de querer fazer coisas.

O **Deputado Tiago Sanches da Gama** propôs à Assembleia, uma solução, que é mandar fazer um estudo de viabilidade e ver se a câmara pode fazer o investimento, se o vinho tiver venda, a Assembleia Municipal pode propor ao Executivo.

Referiu que, não é caso único, mas, que é apologista da iniciativa privada e que é mais, entre aspas, o dito fascista, e que, fui ele que, na Associação teve que defender a cooperativa que ninguém queria cooperativa nas ovelhas, mas que, teve que explicar que tinha que haver cooperativa para vender e ninguém queria, cada um queria o seu, afirmando que sabe o que isso é. Insistiu que deve ser feito um estudo e ver a viabilidade. Tenho pessoas que exportam para o Brasil e sabe se tem viabilidade.

Referiu que tinham falado aqui na Sogrape, ele fala noutras empresas que tinham cá, e na altura era um bocado por favor e porque era barato. Se calhar é isso, tem que se investir, e se se vai investir em marcas mirandesas, o vinho é de uma das marcas que mais se propaga pelo mundo. Disse que, se a Adega Cooperativa de Sendim tivesse o vinho bom e em vez de vender dez mil, cinquenta mil ou cem mil litros em granel, se vendesse metade com qualidade engarrafado, só nos supermercados de emigrantes em França, Suíça, no Luxemburgo, e por aí fora, a um bom preço, tipo dois euros, era capaz de escoar metade da produção.

Portanto, aí dá razão ao Óscar Afonso, a questão é fazer um estudo e investir. Fazendo uma ressalva, porque se falou aqui de muita coisa da Catedral, do Museu, e que, numas próximas núpcias também entra na conversa, tendo-se associado, neste caso ao voto, embora não concordasse com algumas coisas.

Propôs à Assembleia que, já que se vai buscar tantas empresas para tudo, é fácil pedir a uma empresa um estudo de viabilidade, que, não há-de ser um estudo muito caro, para perceber da viabilidade da cooperativa para o caminho a seguir e ver o dinheiro que é preciso.

Em sua opinião a cooperativa para ser viável é preciso meter lá trezentos, quinhentos ou um milhão, ou é preciso meter três milhões, e aí nós dizemos três milhões não temos, paciência.

É preciso meter quinhentos mil e a possibilidade de recuperação do dinheirinho, em cinco, dez anos. A própria cooperativa tem que gerar dinheiro e depois devolve o dinheiro à Câmara, e



Handwritten initials in blue ink, possibly 'PS', and a large handwritten letter 'A' in black ink.

concorda. Se for para ad eternum, não concorda. Está disponível para isso, também para ajudar a falar com algumas pessoas, e ver se houver essa possibilidade fará chegar à Assembleia.

O **Vereador Vitor Bernardo** em resposta ao Deputado Emanuel Bernardo, informou que o camião limpa fossas tem a matrícula BB17NN Volvo Kaiser.

Também informou que, na semana passada, estiveram na Câmara, e na Divisão de Obras Municipais nove inspetores da Polícia Judiciária, num âmbito de investigações que vêm da Câmara, de dois mil e vinte, e de dois mil e vinte e um, do anterior executivo.

### **3. Aprovação das atas das sessões realizadas a 17 de fevereiro, e a 28 de abril de 2023.**

O **Presidente da Assembleia Municipal** indagou se algum dos membros presentes pretendia propor alguma correção às atas em aprovação, tendo-se inscrito para fazer uso da palavra os membros que a seguir passam a ser aludidos: António Santos, e Fernando Vaz das Neves.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia fazer algum comentário às atas em aprovação.

O **Deputado António Santos** referiu que a ata de dezassete de fevereiro que lhe parece estar bem, quanto à de vinte e oito de abril há umas pequeninas coisas, que pretendia corrigir, porque altera de alguma forma aquilo que ele disse.

Mencionou outra questão, que provavelmente terá sido por lapso, relacionado com as declarações do Senhor Presidente da Mesa que foram apagadas da ata, proferidas no momento em que se votaram as contas.

O **Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que constam na ata as abstenções.

O **Deputado António Santos** disse que não consta em ata a declaração feita pelo presidente da mesa, em como se abstinha da votação das contas porque tinha recebido os documentos tarde e não tinha tido tempo de os analisar. Portanto, acha que não consta na ata, provavelmente por lapso, a não ser que tenha visto mal, mas acha que não está lá.

Também acha que estas votações têm de ser nominais. A ideia que tem é que, nas votações devem ser identificados, quem vota num sentido ou noutro, ou noutro.

Referiu que no Regimento da Assembleia Municipal não consta, e que de facto esteve a ler, mas acha que a lei geral se deve aplicar neste sentido e devem ser identificados os votantes.

O **Deputado Pedro Velho Ferreira** respondeu que, o que consta na ata de vinte e oito de abril, na página quatro é: *“Pessoalmente, acha que estes documentos deviam ter sido disponibilizados mais cedo, nomeadamente os que respeitam aos pontos seis e sete por serem longos. Admitiu*



que pessoalmente não tinha tido tempo de os ler, portanto, em consciência, neste caso, abstém-se de votar.” Portanto, consta aqui.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** referiu relativamente à ata de dezassete de fevereiro, é para dizer que não posso votar, tem que constar em ata porque eu não estive nessa reunião.

Relativamente ao que o Deputado António Santos referiu em relação à votação, respondeu que às votações nominais, e uma votação em que votarmos um a um, chamar um a um a votar.

Comentou que é adepto disso, que devem constar os nomes, porque considera que tem direito e que qualquer cidadão tem direito, por exemplo, a saber como é que o Professor António votou em qualquer votação.

Referindo que a votação nominal é uma coisa diferente é chamado um a um, nome a nome.

Quanto ao sentido de voto do Presidente de Mesa, disse que não sabia se o Presidente da Mesa se absteve nas contas, ou se se absteve de votar, e que estando na sala não se pode abster de votar, tem que votar, ou se abstém, ou vota contra, ou vota a favor, mas tem de votar.

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que isso depende da gravação, mas que tinha dito logo isso no princípio da reunião, e que a seguir constam as abstenções, obviamente, sendo a dele uma delas, mas que se pode clarificar.

Referiu que seriam introduzidas as correções indicadas na ata do dia vinte e oito, admitindo que vão ser incorporadas estas questões.

Terminadas as intervenções, foram aprovadas por unanimidade dos membros presentes nas reuniões a que as mesmas se reportam, as atas das reuniões realizadas a dezassete de fevereiro e a vinte e oito de abril do ano em curso, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com as correções propostas pelos membros acima mencionados.

**4. Proposta de aquisição de imóvel urbano, com o artigo matricial número 478 e 479 da Freguesia de Miranda do Douro, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1348/20050106, pertença de Narciso Rodrigues Preto e Catarina Curralo Galego. Aumento da oferta da habitação social em Miranda do Douro.**

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para que os membros que pretendessem intervir o fizessem, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

Antes passou a palavra ao Executivo Municipal para expor sucintamente de que trata o assunto

O **Vereador Vítor Bernardo** explicou que este prédio se situa na Rua da Costanilha, que foi objeto de uma avaliação, por parte de um técnico, extra câmara. Referiu que a avaliação se situava entre um determinado montante, cento e setenta ou cento e noventa mil euros, e que, os proprietários



chegaram a acordo com a câmara. Transmitiu que a câmara vai pagar, ou vai fazer a escritura brevemente, por cento e setenta e sete mil e quinhentos euros, e que o edifício se destina a complementar o acesso ao programa do acesso ao Primeiro Direito, ou seja, para fazer habitação social.

O **Deputado António Santos** disse tratar-se de uma medida positiva, pois aquilo estava ali há anos e que tinha que se resolver de alguma maneira, afirmando que é uma vergonha o que ali estava, e que acha que este princípio poderia vir a ser adotado futuramente para outros imóveis ali nas imediações, porque há ali casas que estão, de facto, a cair, e que, se calhar era um bom princípio. Porque a Rua da Costanilha é emblemática para o turismo, e por muito que se aposte noutras questões, o Centro Antigo de Miranda do Douro é essencial. Disse que as pessoas vêm cá por isso e que quando veem esses edifícios ficam surpreendidas. Congratulou-se por esta questão estar em vias de resolução.

A **Presidente da Câmara Municipal** a propósito deste assunto fez o seguinte comentário:

*"Pois de facto esse interesse e carinho pela Rua da Costanilha, e pelo Centro Histórico, acho que é partilhado por todos, e no fundo também é com alguma felicidade que chegamos a este momento de adquirir este imóvel. E vamos também já não por compra, mas sim, por posse administrativa adquirir o outro imóvel, praticamente em frente, e assim vamos integrá-lo num projeto, numa candidatura mais abrangente.*

*Estamos neste momento a pensar adquiri-lo ou tomar posse dele para futuramente ser um centro interpretativo da capa de honras, e a partir daí, criar um projeto mais vasto, cujo nome será "À Volta do Planalto Mirandês", e necessariamente irá abranger os Concelhos de Vimioso e de Mogadouro.*

*A aquisição deste prédio em concreto, que está aqui no ponto quatro da ordem de trabalhos, como já foi dito pelo Vereador Vítor Bernardo, prende-se com este projeto do primeiro direito.*

*Como vamos ter a necessidade, e porque fazem parte do primeiro direito as casas da Câmara que fazem parte do Bairro do Fundo de Fomento, portanto, a intervenção no âmbito deste projeto do primeiro direito vai começar pela Rua da Costanilha, por este prédio, que é para termos a capacidade de realojar as pessoas para futuramente se intervir no Bairro do Fundo de Fomento. Portanto, quase que antecipamos, queremos crer que as pessoas já não quererão regressar ao Bairro do Fundo de Fomento, porque muitas delas também serão impedidas pela tipologia das casas onde habitam atualmente, serão impedidas de regressar para essas casas porque, entretanto, as famílias diminuíram ou houve o falecimento de algum elemento.*



*Portanto, famílias que hoje estão a habitar um T3 não fará sentido mais tarde por causa dessa desagregação familiar voltarem para a mesma habitação. Mas, eu creio que, conseguiremos com isto e a nossa vontade, sim, Professor António, e para todos também, naturalmente, é podermos ir adquirindo casas no Centro Histórico, que de alguma maneira consigamos a partir delas ou com elas, criar potencial no Centro Histórico, quanto mais não seja a reabilitar, mas não vamos reabilitar por reabilitar, naturalmente, teremos que dar um destino aos imóveis.*

*Eu gosto muito de ir ao alto dos Torreões, e aí é que nós percebemos a degradação dos imóveis, porque a degradação normalmente começa pelos telhados e de dia para dia vê-se essa degradação, a de uma forma muito gritante.*

*Vamos começar por aqui, e isto é o início de uma vontade que vai começar a ver a luz do dia e depois vamos também avaliar, naturalmente, possíveis candidaturas, e vai haver no novo quadro comunitário candidaturas para a reabilitação de prédios urbanos, e vamos estar atentos sempre nesta ótica de melhorar o Centro Histórico e torná-lo cada vez mais atrativo. Porque sabemos muito bem que é um ponto de visitação aqui em Miranda do Douro, e no Concelho, naturalmente.”*

O **Vereador Vítor Bernardo** informou, dizendo que não tinha a certeza dos números, mas que, na Divisão de Urbanismo há neste momento quatro ou cinco projetos de requalificação na Rua da Costanilha, na Corredoura de Baixo, de pessoas vindas de fora. Comentando que começa a haver mais projetos, e que a Divisão de Urbanismo está mais maleável.

Referiu a respeito desta questão que, a Direção Regional de Cultura do Norte dá pareceres vinculativos, e também, que os arquitetos agora são mais maleáveis, e que isso também conta.

Concluídas as intervenções, os membros presentes tomaram conhecimento do assunto mencionado em epígrafe e consideraram-se esclarecidos a este respeito.

##### **5. Alteração ao mapa de pessoal – 2023.**

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos**, declarou em relação a esta alteração ao mapa de pessoal, o que se segue:

*“Pois, queria felicitar o município por apresentar esta moção para resolver uma questão ligada ao pessoal da escola, que transitou para o município. Havia uma lacuna, porque nós temos um coordenador de pessoal, não docente, em exercício de funções já desde dois mil e vinte, cujo processo já tinha sido remetido para o Ministério da Educação, para o Ministério das Finanças, entretanto, essas coisas nas finanças, como sabem, estiveram paradas. E fizemos a transferência*





Handwritten initials and a signature in blue ink.

de competências para o município e o coordenador do pessoal não docente nunca foi empossado como tal, ou seja, o homem está a trabalhar, e a exercer umas funções que nunca lhe foram reconhecidas em termos de carreira e de vencimento, portanto, ainda bem que trazem isso. Agora, eu espero, porque o Ministério disse de facto que a partir da data de transferência de competências o município já tinha competências para isso, porque os funcionários agora são do município, e estão no respetivo quadro.

Era importante é que estes efeitos fossem à data da transferência de competências, isso seria importante, porque também depende de nós, Assembleia Municipal, de votarmos uma moção para que os efeitos sejam retroativos à data da transferência de competências, porque, caso contrário o homem vai ficar prejudicado o resto da vida toda.

*Presidente da Câmara Municipal*

*Nada nos impede de votar, agora, quanto aos efeitos práticos da nossa moção é que teremos que esperar."*

O **Vereador Nuno Rodrigues** expôs que se houvesse um despacho do Ministério, que a câmara podia fazer os retroativos, porque eram retroativos cujos encargos o Ministério assumiria, além de que, hoje está para aprovação a alteração ao quadro, e só terá efeitos a partir de hoje, caso a alteração seja aprovada, explicando que para trás a câmara não pode fazer isso sem haver um despacho do Ministério. E que quando o Ministério emitir o despacho a câmara já o pode fazer, porque essa verba vai ter que ser solicitada ao Ministério, e que, se as verbas vierem para a Câmara Municipal para esse efeito, que não tenha dúvida nenhuma de que serão pagos os retroativos ao funcionário em questão.

Comentou que iriam tentar por todos, para que seja emitido o despacho pelo Ministério, porque não depende da Câmara Municipal, mas sim do Ministério da Educação.

O **Deputado António Santos** considera muito bem, que seja feita esta alteração do mapa de pessoal, mas, fez uma proposta, que é, que os efeitos sejam reportados à data da transferência de competências do pessoal não docente para a autarquia, o que foi aprovado.

O **Vereador Nuno Rodrigues** respondeu que a autarquia acolherá a proposta desde que o Ministério pague os retroativos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs a votação esta alteração ao mapa de pessoal da câmara municipal, tendo sido aprovada por unanimidade.

**6. Proposta de colaboração com a Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E. – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais.**



O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim entendessem interviessem, e não se tendo verificado a inscrição de nenhum dos presentes, passou a palavra ao executivo municipal.

O **Vereador Nuno Rodrigues** elucidou que esta é uma proposta que foi acordada entre o Município e a ULS, em que o município vai assumir o custo de setenta horas semanais, a oito euros a hora, até duzentas e oitenta horas mensais, para apoiar a consulta aberta no Centro de Saúde de Miranda do Douro.

A **Deputada Virgínia Preto** salvaguardou a sua posição em relação a esta proposta, tendo-se ausentado do local onde a reunião decorria, por ser parte interessada nesta questão, na medida em que é a responsável pela Unidade Local de Saúde, em Miranda do Douro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs este assunto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta de colaboração com a Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E., e dada autorização previa para a assunção de compromissos plurianuais, nesse âmbito.

**7. 18.ª Alteração ao Orçamento de 2023, que compreende a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, a 2.ª alteração ao Plano de Atividades Municipais, e a 1.ª alteração modificativa ao Plano de Investimentos.**

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes.

O **Vereador Vítor Bernardo** elucidou os presentes acerca desta questão de gestão, transmitindo que é por causa dos compromissos plurianuais que tem que ser a Assembleia a aprovar.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, não havendo mais intervenções pôs este assunto a votação, tendo sido deliberou, por unanimidade, aprovar a 18.ª Alteração ao Orçamento de 2023, que compreende a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 2.ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, a 2.ª alteração ao Plano de Atividades Municipais, e a 1.ª alteração modificativa ao Plano de Investimentos. -----

**8. Pedido de colocação de sinal de trânsito – Divisão de Ambiente e Gestão Urbana – Concelho de Miranda do Douro – Direção do Mosteiro Trapista de Santa Maria Mãe da Igreja.**

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros desta assembleia se pronunciassem a respeito deste assunto, e não se verificando nenhuma inscrição foi dada a palavra ao executivo municipal para explicar sucintamente este assunto.



Handwritten signature and initials in blue ink.

O **Vereador Vítor Bernardo** explicou que se trata da identificação do que foi pedido pela congregação, que fosse identificado o Mosteiro Trapista de Santa Maria, Mãe da Igreja, e a Divisão de Urbanismo fez a informação, a Câmara aprovou a sinalética, e agora vem à Assembleia também para aprovação.

Finda a intervenção do Vereador Vítor Bernardo, foi posto a votação o assunto supra indicado, tendo sido aprovado por unanimidade autorizar a colocação de sinal de identificação no local acima indicado. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu continuação aos trabalhos transmitindo que a Câmara Municipal tinha proposto a introdução de mais cinco assunto na ordem de trabalhos desta reunião, tendo consultado os membros desta Assembleia Municipal a respeito da aceitação da introdução desses mesmos assuntos na ordem do dia, nomeadamente, os que se seguem:

- **Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Miranda do Douro;**
- **Proposta de Plano de Cogestão do Parque Natural do Douro Internacional, para o período 2023/2027;**
- **Proposta de isenção do pagamento de taxas para o ano 2023. Regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e licenças municipais. Isenção de taxas para o ano de 2023 para a instalação de esplanadas de acordo com o n.º 3, do artigo 9.º do Regulamento n.º 490/2023 aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de Miranda do Douro em sessão extraordinária de 5 de novembro de 2013. Constrangimentos económicos no setor, aumento de salário e outros, resultantes da inflação. Apoio ao setor da restauração;**
- **Consolidação de contas 2022 – Grupo Público: Município de Miranda do Douro/Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., e**
- **Atribuição de insígnias de honra e de mérito no dia 10 de julho, “Dia da Cidade de Miranda do Douro.**

Os membros presentes aprovaram por maioria, a inclusão dos referidos pontos na ordem do dia, com uma abstenção, nomeadamente do Deputado Fernando Vaz das Neves, por considerar que os assuntos propostos pela Câmara Municipal, depois da ordem de trabalhos ter sido elaborada e enviada a todos os membros desta Assembleia, não deviam ser introduzidos neste momento, mas sim no início da reunião, duvidando se em termos jurídicos é correto fazê-lo neste momento.

#### **9. Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Miranda do Douro.**



O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros desta assembleia se pronunciassem a respeito deste assunto, tendo-se inscrito o Deputado Fernando Vaz das Neves.

Relativamente à proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Miranda do Douro, sobre este assunto, pedimos a uma Comissão para fazer essa alteração, essa Comissão é constituída pelo Pedro Velho, pelo Paulo Barbosa, pela Marisa Ortega, e pelo Emanuel Bernardo. Produziram um documento que foi agora divulgado, eu acho que esse documento deve agora entrar num período de discussão, porque não tivemos tempo de analisar todos com detalhe. Eu sugeria que até ao dia, por exemplo, dez de julho cada um de nós que tivesse comentários a fazer que os remetesse à Comissão, que os acomodaria e depois por volta do dia quinze de julho, o documento que resultasse fosse remetido para os serviços jurídicos, porque eu acho que, para segurança nossa, deveria alguém ou alguns serviços jurídicos da Câmara ou fora da Câmara, portanto, deveríamos estar seguros de que juridicamente o regulamento está consolidado, e, portanto, não estamos aqui a cometer nenhum lapso por qualquer razão, parece vos bem este procedimento.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** quis falar sobre este assunto, conforme se segue:

*“Quero aqui dizer que me abstive na alteração da ordem de trabalhos, porque tenho dúvidas que isso não tenha que ser obrigatoriamente feito no início da reunião, e como não tenho a certeza absoluta abstive-me só por esse motivo, por uma questão jurídica e formal.*

*Quanto ao regulamento, eu tive o cuidado de ler na totalidade, tem vários lapsos, alguns deles até contrários à lei. Até fiquei a saber que temos uma área metropolitana em Miranda, deve ser no Palancar, porque acho que a Assembleia Municipal não pode convocar o executivo metropolitano, está no antigo regulamento na página seis.*

*Se calhar tendo em conta que se calhar até ao dia proposto pelo Presidente da Assembleia Municipal não é suficiente, eu pedia ao Presidente da Assembleia que prolongasse o prazo de entrega das alterações para mais tarde, em vez de no dia dez de julho.”*

O **Presidente da Assembleia Municipal** atendendo às declarações proferidas pelo Deputado Fernando Vaz das Neves propôs alterar o prazo para revisão do Regulamento da Assembleia Municipal até ao final de julho do ano em curso, e o envio de propostas à Comissão nomeada para esse efeito, no sentido de poderem ser acomodados.



O documento que resultar, será enviado para os serviços jurídicos para estar seguros de que não se está a cometer nenhuma ilegalidade, ou que, não há nenhuma questão que seja contra a lei, e depois de ter esse parecer jurídico, virá para aprovação a esta Assembleia.

O **Deputado Pedro Velho** solicitou o uso da palavra tendo-lhe sido concedido fez as seguintes declarações:

*“Ora muito bom dia, Excelentíssimo Presidente da Mesa, Executivo, colegas Deputados, demais Membros da Assembleia.*

*Esta Comissão foi criada com o propósito de fazer uma alteração ao regulamento, que visava a transmissão das nossas reuniões, não era uma revisão total do documento.*

*As críticas que foram efetuadas ao longo desta semana e que me vieram chegar aos ouvidos é, por exemplo, a não distinção da confusão entre membro e deputado. Um membro e um deputado são coisas diferentes, há deputados, há Presidentes de Junta, e há todos os outros que são membros da Assembleia. Os deputados são membros, nem todos os membros são deputados, é assim que isto funciona.*

*Mais coisas que disseram, a área metropolitana, isso é como estava no regulamento anterior. Nós fizemos um varrimento no documento de pequenos erros que constavam, gramaticais de escrita, não foi uma revisão jurídica deste documento, ou seja, o que nós fizemos foi adicionar uma secção respeitante à transmissão das reuniões.*

*Se havia algo que tinha de ser alterado à parte anterior, muito bem, alteremos, é assim que tem de ser feito, se é algo que deve ter uma revisão temos todos que ver se faz sentido, mas, isso que tem sido apontado, está regulamento anterior, se realmente está de tal forma ilegal que ofende assim tanto a democracia e o normal decorrer desta Assembleia, pois bem meus caros, isto é uma República das bananas, porque o regulamento que temos está muito mal feito. Se calhar quem tanto criou este regulamento não o leu e não sabe o Regulamento que temos.*

*Se há alguma coisa que tem que ser alterada passavam-no então, agora não venham dizer que a Comissão andou a dormir.”*

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** solicitou o uso da palavra e tendo-lhe sido dado fez as declarações que se seguem:

*“O que se passou com o Regimento, corrigiram-se coisas, deixaram-se coisas antigas, mal feitas. Eu até gostava que o membro da Comissão, Pedro Velho me arranjasse documento legal que falasse em deputados municipais, é que não há nenhum!*



*A regime jurídico fala em membros da assembleia municipal, portanto, deputados municipais é uma oralidade que nós usamos, juridicamente não existe.*

*A mim pode ser deputado, membro, não me interessa, temos é que uniformizar o documento, não posso ter uma linha em que sou membro, e na linha a seguir sou deputado.*

*E acho que quando se revê um documento se deve rever todo, e pelo menos corrigir os lapsos lá tem, tem outras coisas que se calhar são contrárias à lei, passaram e vamos revê-las sem problema nenhum.”*

O **Deputado António Santos** disse que concorda com o proposto, embora, concorde com o Pedro Velho, porque a comissão só foi mandatada para integrar a questão da transmissão das reuniões da assembleia nas redes sociais e a gravação, não foram mandatados para fazer mais nada.

Referiu que esta é uma situação diferente, e que se é para alterar todo o Regimento, de facto, também concorda que é preciso mais tempo.

O **Deputado Pedro Velho** lembrou que na reunião em que a comissão foi nomeada tinham falado na altura que era para nomear deputados com formação em direito, só que, como não estavam presentes, foram nomeados eles. Referiu que foi falado, quem é que então podia enquadrar esta comissão, para executar esta tarefa, desta forma, o melhor possível.

Declarou que, cabe a cada um dos partidos, porque é uma comissão bipartidária ou bibancada, para não esquecer o CDS, também cabe às pessoas que são mais entendidas, contribuir para a comissão chegar às pessoas e as pessoas à comissão. Porque se se está à espera de resolver tudo nas reuniões, estar a discutir um documento de ponta a ponta, e vírgula por vírgula estavam aqui três reuniões da assembleia só para fazerem isso.

O **Deputado Emanuel Bernardo** referiu que, o que o Deputado Fernando Vaz das Neves fala de poder haver incongruências, admite que as haja, mas, a primeira questão é, se elas já estavam no regulamento anterior. Lembrou que o regulamento já tinha passado pelos serviços municipais, ou seja, isto é passar que os funcionários do município dessa área antes também falharam. O que em sua opinião é admissível.

Acha que, é bom que se leve o regulamento aos serviços jurídicos, porque essas questões devem ser acauteladas por esses serviços e não pelos deputados municipais.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a informação que tem, dada pelo anterior Presidente da Assembleia, é que, o anterior regulamento foi validado pelos serviços jurídicos da Câmara. E que se foi validado pelos serviços jurídicos, os membros desta assembleia fazem mais



um complemento. Produzindo esta alteração e leva-la de novo aos serviços jurídicos, com as alterações que, entretanto, cheguem.

Concluídas as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu propondo que se adiasse a votação da alteração ao Regimento desta Assembleia Municipal até à próxima reunião, tendo sido adiada a votação com a concordância de todos os membros presentes nesta reunião.

#### **10. Proposta do plano de cogestão do plano do parque do Douro Internacional.**

##### **Documentos para consulta prévia para conhecimento.**

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se algum dos membros presentes pretendia colocar alguma questão a este respeito, não se tendo pronunciado ninguém passou a palavra ao executivo municipal.

O **Vereador Nuno Rodrigues** explicou que este assunto vai entrar em discussão pública, e que é aconselhável que todos estejam atentos, porque é uma questão muito importante para o nosso território.

Apelou aos Presidentes de Junta para estarem atentos e para lerem este plano, porque é importantíssimo, porque considera que as pessoas deste concelho não podem continuar a ser enganados mais vinte ou trinta anos.

**11. Proposta de isenção do pagamento de taxas para o ano 2023 o regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e licenças municipais, isenção de taxas para o ano 2023 para a instalação de esplanadas de acordo com artigo nono, número três do Regulamento 490/2013 aprovado por deliberação da Assembleia Municipal em sessão extraordinária de 5/11/2023. Constrangimentos económicos no setor, aumento dos salários, e outros, resultantes da inflação e que estão aqui a contribuir para esta tomada de posição.**

O **Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que se trata de uma espécie de apoio ao setor da restauração, e o que se pretende é aprovar esta proposta de isenção de taxas.

O **Vereador Vítor Bernardo** transmitiu que esta isenção estava em vigor, mas por uma razão diferente, que era a COVID. No entanto, o atual Executivo considera e tem essa perceção de que, depois da COVID, vir a guerra na Ucrânia, veio a inflação, os empresários da restauração, dos cafés, da hotelaria, porque têm a noção de que há restaurantes e bares que pagam mil euros por ano, são cem euros por mês, e a receita da câmara advindas dessas também são vinte mil euros



por ano, e pensaram que essa seria uma maneira de apoiar este tipo de empresário com esta isenção, este ano.

O **Deputado António Santos** disse que lhe parece muito bem. E pediu um esclarecimento a respeito do que consta neste documento, perguntando se é só mesmo a taxa das esplanadas, porque antes também estava em vigor outro tipo de redução de taxas, concretamente, as taxas das publicidades. Mas, que o que leu no documento só refere as taxas de esplanadas e restauração.

O **Vereador Nuno Rodrigues** transmitiu que as publicidades este ano também estão isentas de taxas.

O **Deputado António Santos** disse que não estava lá explícito, por isso é que ficou na dúvida, as outras taxas que estavam em vigor também eram as da publicidade, que abrangeria toda a gente e não só toda a restauração, dizendo que nesse documento não consta.

O **Vereador Nuno Rodrigues** respondeu que a ideia era para serem também incluídas essas taxas.

O **Deputado António Santos** Insistiu que no documento menciona apenas a restauração.

Terminado o período das intervenções o Presidente da Assembleia Municipal pôs este assunto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada pela câmara de isenção do pagamento de taxas para o ano 2023 do regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e licenças municipais, para a instalação de esplanadas de acordo com o previsto no n.º 3, do artigo 9.º do Regulamento 490/2013 aprovado por deliberação da Assembleia Municipal em sessão extraordinária de 5/11/2023, atendendo aos constrangimentos económicos no setor, ao aumento dos salários, e outros, resultantes da inflação e que estão aqui a contribuir para esta tomada de posição.

## **12. Consolidação de contas 2022 – Grupo Público: Município de Miranda do Douro/Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A..**

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições a fim de que os membros que assim entendessem interviessem, e não se tendo inscrito nenhum dos membros passou a palavra ao executivo municipal.

O **Vereador Nuno Rodrigues** explicou que se trata de uma empresa intermunicipal, e que, a consolidação das contas da Resíduos do Nordeste tem que ser sempre submetida à apreciação da Assembleia. Referindo que, esta empresa está estável, e que tem algum crédito a receber de algumas dividas externas.





A **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia fazer algum comentário a este respeito, e não se tendo manifestado ninguém, expôs que a consolidação de contas da empresa Resíduos do Nordeste, foram apreciadas positivamente e por unanimidade na reunião de câmara.

Não havendo mais intervenientes o Presidente da Assembleia Municipal deu por apreciada a consolidação de contas respeitantes ao ano dois mil e vinte e dois, do grupo público: Município de Miranda do Douro/Resíduos do Nordeste EIM, S.A., na presença de vinte e seis membros, dos vinte e oito que constituem este órgão, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros presentes.

### **13. Atribuição de insígnias de honra e de mérito no dia 10 de julho, “Dia da Cidade de Miranda do Douro.**

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições a fim de que os membros que assim entendessem interviessem, e não havendo inscrições passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal para dizer o que se lhe apossesse.

A **Presidente da Câmara Municipal** informou que esta proposta foi aprovada em reunião de câmara por unanimidade, e foi aqui trazida para aprovação junto da Assembleia Municipal.

Referiu que os nomes que constam na proposta, seja, entidades: a Associação da Cultura e Língua Mirandesa, o Movimento Cultural da Terra de Miranda, a Associação Frauga.

Personalidades: o Senhor Manuel Alves, o músico mais antigo da Banda Filarmónica de Miranda do Douro, a Doutora Laura Castro, o Brigadeiro-General António Moldão, da Força Aérea, e o Brigadeiro General Aquilino Torrado. Estes dois últimos conterrâneos nossos e por isso acharam que, por terem em tão curto prazo de vida chegado a esta patente nas respetivas forças armadas, que serão dignos de ser agraciados pelo Município, e também pela Assembleia Municipal.

Portanto, serão estas as entidades que vão ser agraciadas no dia 10 de julho, se a Assembleia Municipal concordar.

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs este assunto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta de atribuição de insígnias de honra e de mérito a atribuir a personalidades e entidades, na data em que é celebrado o “Dia da Cidade de Miranda do Douro”, 10 de julho do ano em curso.

### **14. Apreciação da informação a prestar pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.**



O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições a fim de que os membros que assim entendessem interviessem, e não se tendo inscrito nenhum dos membros passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal no sentido de elucidar os presentes acerca do teor da informação por ela dirigida a este órgão deliberativo, concernente à atividade da Câmara Municipal, nas suas diversas divisões, entre o dia oito de fevereiro e o dia oito de abril do ano em curso, a respeito do que todos os membros se consideraram esclarecidos.

A **Presidente da Câmara Municipal** deu o seguinte esclarecimento:

*“Através da informação sumária e dado conhecimento das atividades que decorreram ao longo do período compreendido entre a última reunião da Assembleia até há relativamente pouco tempo antes desta reunião.*

*Das obras e atividades que estão em curso, queria falar essencialmente, uma vez que o Emanuel Bernardo colocou a questão relativamente aos projetos do POCTEP, já que eu fiquei de vos trazer alguma informação sobre isso, queria transmitir que, no âmbito da quarta convocatória do Programa POCTEP 2021 - 2027, como vocês sabem, estes projetos são todos e a própria designação os determinam projetos transfronteiriços, portanto, há sempre a colaboração entre entidades portuguesas e espanholas. E essencialmente, quero-vos falar de quatro projetos, um deles é o PRÁXIS CULT, em que Miranda tem parceria com a Fundação Ávila, com a Direção Regional da Cultura do Norte, e agora coloca-se a questão, qual será a entidade que vai substituir a Direção Regional da Cultura do Norte.*

*E temos também como parceira a Junta de Castilla, e a Dirección General do Património Cultural. Através deste projeto no fundo a grande ação que vai ter deste lado do nosso território são os trabalhos de reabilitação, e equipamentos da estação ferroviária de Duas Igrejas.*

*E o que é que se pretende com isto, é transformar a estação ferroviária de Duas Igrejas num Centro Transfronteiriço de Práticas Culturais.*

*Pelo menos há esta candidatura que aguarda financiamento, o financiamento, como vocês sabem, nunca é total e neste caso, há aqui uma repartição dos custos, entra uma entidade portuguesa, que é SPIRA, mas o parceiro principal desta candidatura é o Município de Miranda do Douro.*

*Também temos outro projeto, que é o Live in Durius, em que os parceiros são o Ayuntamiento de Zamora, o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade de Salamanca, naturalmente, o Município de Miranda.*



Há uma contribuição pública de setenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro mil euros, entra também, mais uma vez, a Direção Regional de Cultura do Norte, a Fundação Santa Maria La Real del Património Histórico, e a Fundação Rei Afonso Henriques, e é uma candidatura que terá várias atividades, recolha para mapeamento, ordenamento, tratamento e divulga técnico científica, por isso é que entram aqui as academias.

Pretende-se, no fundo, também criar um Observatório Transfronteiriço da Paisagem Cultural, portanto, estes projetos andam sempre à volta da cultura e são projetos muito interessantes. Estamos com muita expectativa que a situação se desenrole e penso que está tudo bem encaminhado.

Outro projeto é o Iber Lobo on Baike, os parceiros são, o Município de Bragança, o Município de Miranda, há contribuição pública, naturalmente, também entra o Município de Vimioso, a Deputacón Provincial de Zamora, a Câmara Oficial de Comércio, Indústria e Serviços de Zamora, e a Fundação do Património Natural de Castilla e León.

Entre várias situações aqui em Miranda, pretende-se a criação do site in House, percurso do Iber Lobo a localização já está prevista, será na estrada nacional, e aqui em Miranda terá vários pontos ao longo da rota deste site in Iber Lobo, e pensamos que, o Município de Miranda entrou neste projeto a convite do Município de Bragança, e achámos bastante interessante e, portanto, com a criação deste Centro aqui em Miranda, mais interessante se tornará.

Temos outro projeto que é o KV Ark Venture, sendo a Fundação Rei Afonso Henriques o principal beneficiário, é o líder da candidatura, mas também temos como parceiros a Junta de Castela e Leão, a Universidade de Salamanca, a Universidade de Valladolid, um organismo que se chama, Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação, que é uma associação, naturalmente, o Município de Miranda do Douro, a tal contribuição pública do financiamento ao Município de Vimioso.

mais uma vez nos apareceu, e era a entidade, e continua a ser, até que denunciem, mas é a Direção Regional da Cultura do Norte, o Ayuntamiento de Alcañices, o Ayuntamiento de Vilar de Ciervos, o Município de Miranda do Douro, e a Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa.

Este projeto visa estudar e valorizar para o turismo e património as constantes culturais da arquitetura vernacular, numa larga faixa de território fronteiriço situada entre as províncias de Zamora, por isso, estas entidades todas aqui envolvidas e a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás os Montes. Essencialmente são estes projetos aos quais nos candidatamos e aguardamos com expectativa a sua aprovação, mas, também estamos algo retraídos na condução desta



*candidatura e expectantes não é tanto pela questão de a Direção Regional da Cultura do Norte ser parceira nestes três dos quatro projetos não sei se a extinção da direção Regional da Cultura do Norte e, entretanto, a criação dos outros organismos serão condição de dificultar a progressão destas candidaturas, e daí que eu já publicamente o defendi e posso partilhar aqui convosco que, de todos os organismos do Estado com os quais a Câmara Municipal de Miranda do Douro tem colaborado, e nós somos município, não há assim tanto tempo, mas, também pelo que fui auscultando de outras relações que a Direção Regional da Cultura do Norte manteve com outras autarquias, digo-vos que é uma instituição que eu lamento imenso que se extinga, porque era uma instituição de proximidade, e uma instituição muito colaborativa com os municípios, mormente com o município de Miranda do Douro, muitas vezes diretamente com o município de Miranda, mas, muitas vezes também por via do Museu da Terra de Miranda e da Catedral de Miranda, portanto, não sei quais foram as razões, mas lamento imenso a extinção da Direção Regional da Cultura do Norte.*

*E por isso também, quando em reunião de Câmara fomos propondo os nomes das pessoas que devíamos agradecer, surgiu o nome da Doutora Laura Castro, que é Diretora Regional da Cultura do Norte.*

*Porque é também uma forma que eu acho que todos os mirandeses lhe demonstram de agradecimento pelo trabalho que ela desenvolveu juntamente com os organismos aqui no Concelho, penso que é de louvar todo o trabalho que ela desenvolveu e que continua a desenvolver no seu momento em prol da promoção deste território por via da cultura.*

*Não tenho mais nada a dizer, a menos que queiram algum tipo de esclarecimento.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

*Alguém quer fazer algum comentário?*

*Presidente da Câmara Municipal*

*Só vos quero convidar pessoalmente para hoje à noite, vai haver em frente ao arquivo municipal, embora já seja do conhecimento publico, para assistir a um concerto da banda de música da força aérea.*

*A força aérea comemora este ano o setuagésimo primeiro aniversário na cidade de Bragança, e, claro que vai haver lá o concerto da Banda de Música da Força Aérea e foi-nos proposto aos conselhos que integram a CIM se também queressemos abraçar estes concertos nos nossos territórios, e Miranda colocou-se logo ao dispor elegendo o dia trinta de junho, que é o dia de hoje,*



*junto ao Arquivo Municipal, para, de certa forma também integrarmos esta festividade junto da Patuscada do Caracol, que penso, não diminui nada o concerto.*

*Quero também convidar-vos, que, também já é público, para a reabertura da biblioteca municipal no dia dez de julho, que ainda estão a decorrer as obras, mas temos a garantia de que nos será entregue a obra, para que no dia dez de julho possamos celebrar lá o dia da cidade e possamos reabrir a Biblioteca ao Público com a dignidade que este espaço merece e que os Mirandeses merecem, e quem nos visita naturalmente.”*

Nada mais havendo a tratar, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a reunião eram doze horas e trinta minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal

Handwritten signature of José António Gomes in blue ink, written over a horizontal line.

Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

A Secretária da Sessão

Handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.